

REGRESSOS? OS *RETORNADOS* NA (DES)COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Maria Paula Meneses e Catarina Gomes

*E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram*

Camões, *Lusíadas*, Canto I

Introdução

A ideia de ampliação e renovação imperial, implícita nos versos de Camões, reflete, alguns séculos mais tarde, a manutenção dos propósitos imperiais de Portugal em 'África', agora na sequência da 'perda' das Índias e do Brasil (Alexandre, 2000). A história é um terreno de disputas; e este fato é particularmente visível na África Austral, onde situações de colonialismo, *apartheid* e guerras de libertação nacional se mesclaram nas últimas cinco décadas, ao que se seguiram vários conflitos armados, incluindo guerras civis. Neste sentido, a compreensão dos conflitos que marcaram a história do cone austral do continente africano na segunda metade do século XX exige uma abordagem crítica à construção da história – nacional, regional, coletiva, pessoal – e uma análise do porquê de tantos segredos preservados e de tantos mitos constituídos.

O século XX significará, para vários países europeus, a afirmação imperial em África. Portugal não foi exceção e, em 1974, mantinha várias colónias em África: Ilhas de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Estas possessões, formalmente divididas no estertor do domínio colonial português entre províncias ultramarinas e Estados (casos de Angola e Moçambique), funcionavam, de fato, como colónias, mantendo-se nelas uma população estável de colonos, cujos números superavam, no seu conjunto, o meio milhão de pessoas. Neste capítulo, a atenção está centrada na discussão de um conjunto de questões associadas à problemática dos *retornados*, fruto

dos processos da descolonização portuguesa, focando-se os casos específicos de Moçambique e Angola. Ambos os territórios foram constituídos historicamente como colónias de povoamento. Este fato exige que se retome a discussão sobre os processos migratórios em contexto colonial – processos cuja complexidade não tem sido suficientemente explorada do ponto de vista socio-histórico e político. Visibilizar tal complexidade, nomeadamente ao nível das ruturas e ambiguidades políticas associadas aos processos de independência e descolonização, permitindo, por conseguinte, abrir novos territórios de investigação, é a tarefa a que se propõe esta reflexão.

A partir de uma contextualização histórica, ainda que breve, sobre a política colonial portuguesa no decurso do século XX, dando particular realce a Angola e Moçambique, procurar-se-á discutir a importância do fato de ambos os territórios terem sido constituídos como colónias de povoamento. A leitura dos projetos de reivindicações e aspirações nacionalistas independentistas entre a população de origem colona (e das problemáticas inserções destes projetos no espectro amplo dos nacionalismos africanos) revela não apenas uma polissemia identitária, marcada por fortes ambivalências, observáveis nos discursos e posicionamentos daquela população e dos chamados retornados, como também as fraturas resultantes dos conflitos entre distintos projetos de independência e de descolonização dos territórios ultramarinos de Angola e Moçambique. De entre estes projetos encontravam-se propostas de cariz neocolonial, almejando manter os futuros países na esfera de influência direta de Portugal, assegurando, por essa via, e em estreitas relações com as potências coloniais da região, a permanência das estruturas de exploração capitalista presentes; outros projetos pugnavam por independências efetivamente africanas com a indispensável transferência de soberania. De realçar que os projetos neocoloniais de independência integravam-se num conjunto de políticas que dominaram o cone austral do continente na última metade do século XX. De fato, na cartografia de poder da região, encontra-se a África do Sul, independente desde o início do século XX e controlada por um governo de minoria branca até finais do século XX, a Rodésia do Sul,¹ com uma independência unilateral declarada em 1965 (e praticamente sem reconhecimento internacional), e o ‘protetorado’ do Sudoeste Africano, sob tutela sul-africana.

Esta realidade extremamente complexa irá influenciar as alianças políticas e militares na região, assim como os processos da ‘descolonização’ e

¹ Doravante Rodésia. A Rodésia do Norte deu origem à Zâmbia atual.

independência. Neste sentido, o seu estudo é indispensável para compreender os destinos dos então territórios ultramarinos de Angola e Moçambique. Procurar-se-á, por isso, mostrar como aos projetos de caráter neocolonial está associada a emergência de formas de nacionalismo branco que almejavam a perpetuação da condição de dominação desses territórios. Esses projetos serão analisados à luz dos jogos regionais, os quais ambicionavam edificar uma ‘Terceira África’ – para utilizar a expressão de Eschel Rhodie (1968) –, sob o jugo do poder branco. Neste sentido, também a compreensão destes ensejos neocoloniais não dispensa a consideração dos projetos e relações do capitalismo internacional.

Abordar-se-ão, igualmente, as dificuldades enfrentadas pela população colona e de origem metropolitana em Moçambique e em Angola para se posicionar em face da erosão do domínio colonial português e da ascensão das aspirações nacionalistas africanas e das lutas armadas pela libertação nacional. Seguidamente, a atenção centrar-se-á na complexidade e profunda ambivalência dos sentidos de pertença e dos processos identitários de que a descrição normativa e politicamente sancionada de *retornado* não permite dar conta. Por fim, serão enunciadas outras questões associadas aos processos coloniais e à questão da ‘descolonização’ portuguesa enquanto pistas de investigação. A sua enunciação afigura-se crucial, pois ela permitirá alargar o espaço das interrogações possíveis.

1. Colónias de Povoamento: As decisões políticas

No contexto colonial moderno africano, Moçambique e Angola, fazem parte do conjunto de colónias de povoamento em África, juntamente com a Namíbia (ex-Sudoeste Africano), Quênia, Zimbabwe (ex-Rodésia), Argélia, entre outras. De modo sucinto, o que caracteriza o colonialismo de povoamento é o fato de, para além das autoridades coloniais que integravam o aparato administrativo (assim como alguns missionários e militares) e das populações indígenas, os colonos constituírem uma terceira força populacional a considerar (Meneses, 2010). A estes juntavam-se grupos populacionais ‘não-originários’ da região, como é o caso dos ‘indianos’ e ‘chineses’ em Moçambique (Coelho, 1983; Rita-Ferreira, 1998 e Leite, 2001).

Do ponto de vista histórico, a constituição destes territórios como colónias de povoamento encontra-se associada às lutas de poder entre as potências imperiais, entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. De salientar que o renovado interesse pelas possessões africanas foi motivado não só pela crise económico-financeira de que Portugal padecia no último

quartel do século XIX, mas também, e muito especialmente, pelas exigências da Conferência de Berlim (1884-85).² O resultado desta Conferência não demorou a fazer-se sentir. Era necessário justificar, no terreno, a ‘longa presença histórica’ de Portugal em África, presença esta que tinha de ser feita em nome da civilização europeia e mediante a exploração capitalista dos territórios. Abertos doravante à exploração colonial e capitalista, Angola e Moçambique foram objeto de estratégias de ocupação efetiva que incluíam a instalação de protetorados, de colónias de exploração económica e de colónias de povoamento.

Forçado, pois, pela Conferência de Berlim a demonstrar a sua presença ‘efetiva’ em África, o projeto político colonial português moderno obrigou à política de ocupação efetiva dos territórios, através de campanhas militares de ocupação³ e ‘pacificação’, de ‘acordos’ de vassalagem com as autoridades locais indígenas, e de projetos de povoamento europeu. Todavia, no que diz respeito à política de povoamento, sinónimo de uma ocupação real, a presença da população europeia era irrisória.⁴ Em face deste cenário, o Tenente-coronel José Machado (1899) propunha, nos finais do século XIX, a promoção da emigração portuguesa para Moçambique devido precisamente à fraquíssima presença portuguesa. Já no que diz respeito a Angola, até 1914, a administração colonial dispunha apenas de presença regular nas cidades litorais de Luanda e Benguela. No interior, como sublinha Gonçalves, ‘a sua acção reduziu-se, geralmente, a uma política nominal, dependendo de alianças frágeis e ambíguas com os chefes locais’ (2003: 25). Na realidade, durante as primeiras décadas do século XX, Angola e Moçambique não eram os destinos preferidos de emigração livre de colonos europeus. Pelo contrário,

² A Conferência de Berlim estabeleceu o princípio segundo o qual a legítima posse das colónias derivava não de ‘descobertas’ anteriores, mas sim da ocupação efetiva (militar e administrativa) desses territórios. Catorze países estiveram presentes nas negociações sobre a partilha do continente africano: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Império Austro-húngaro, Império Britânico, Itália, Portugal, Rússia, Suécia-Noruega (unificados entre 1814-1905), Turquia e os Estados Unidos da América.

³ São exemplo as campanhas realizadas no vale do Zambeze contra os prazeiros, a campanha contra o ‘Cuamato’ no sul de Angola, a campanha contra o Ngungunyane em Moçambique, etc. (Pélissier, 1986, 2000).

⁴ Oficialmente ou não, a maioria das regiões coloniais que ‘necessitava’ de migrantes, preferia os de ‘origem europeia’, ou seja, brancos. Desta forma, legitimava-se a superioridade do modelo civilizacional imposto e, em paralelo, justificava-se a incapacidade legal dos súbditos coloniais para se autogovernarem.

continuavam a ser vistos como destinos de degredo. E mudar estas opções de povoamento não se revelou uma tarefa fácil. Nos anos 20, no cargo de Alto-Comissário de Angola, Norton de Matos, por exemplo, busca encetar estratégias de reforço do povoamento insistindo na colonização branca, sendo Angola vista, na época, como um ‘sorvedouro onde iam lançar-se de cambalhada desempregados, aventureiros, colonos necessitados e assistidos pelo Estado, funcionários menores, etc.’ (Pélissier, 1986: 238).

À medida em que é prosseguida a política de ocupação efetiva, desenvolve-se o aparato da administração colonial.⁵ Com ele, as colónias começam crescentemente a ser vistas como espaços de expansão do ‘Portugal continental’, espaços privilegiados para onde seria canalizada a mão de obra excedentária e camponeses sem terra (Santos e Meneses, 2006). É também de sublinhar, como observado, que a ocupação efetiva dependeria da capacidade de implantar e desenvolver modos de exploração e desenvolvimento capitalista para os quais a exploração, ao limite, da força de trabalho dos súbditos colonizados era absolutamente central.

Esta política colonial traduziu-se, nos anos 20, na edificação de infraestruturas que permitiam o acesso ao interior de Angola e Moçambique, assim como o escoamento de produtos; no desenvolvimento, pela mão de grandes companhias estrangeiras e algumas nacionais, da exploração de matérias-primas e de produtos agrícolas para exportação via metrópole, e no escoamento de produtos metropolitanos excedentários para as colónias, que se convertem, então, em mercados reservados. Como Eduardo Mondlane sublinhou, na véspera da implantação do Estado Novo, estavam presentes em Angola e Moçambique os principais elementos da política colonial portuguesa:

uma rede administrativa centralizada e autoritária; a aliança com a Igreja Católica; a utilização de companhias, muitas vezes estrangeiras, para explorar os recursos naturais; o sistema de concessões e o trabalho forçado (Mondlane, 1976 [1969]: 37).

E com o crescente peso das colónias para o dinamismo económico de Portugal, a colonização portuguesa intensificou-se expressivamente.

Em Angola, a presença portuguesa terá quase que duplicado num espaço de cerca de 40 anos, passando de cerca de 13 000 colonos em 1918, para

⁵ Procurando mudar a situação, é criada, em 1921, a Agência Geral de Angola, cujo objetivo seria o de auxiliar a migração para a colónia.

mais de 58 000 em 1930. Todavia, nesta altura, não chegava a representar 2% da população total (Rosas, 1994). No caso de Moçambique, os portugueses não eram o único grupo de população branca. O número de imigrantes classificados como ‘brancos’ que a colónia conhecia era significativo, refletindo processos migratórios importantes.⁶ E, para além desta onda ‘branca’, assistia-se à continuação do processo migratório de ‘indianos’ (muçulmanos e hindus) e de chineses.

Nestes espaços, as políticas de povoamento promoviam, portanto, a presença de população branca para justificar e legitimar a ocupação e a administração do território. E eram prosseguidas no quadro de um pensamento evolucionista, para o qual era completamente absurda qualquer possibilidade de incorporação política de massas inferiores e atrasadas no espaço de cidadania (Alexandre, 2000: 181-198). Assim, as políticas de povoamento vão contribuir acentuadamente para um regime de diferenciação social entre ‘cidadão’ e ‘não cidadão’, gerando sérias turbulências sociais nas colónias. As elites africanas e afro-portuguesas que, até aos anos 20, haviam desempenhado cargos importantes no setor administrativo colonial, começam nessa altura a assistir ao declínio do seu estatuto socioeconómico e a ser forçadas a desempenhar funções subalternas na sociedade colonial. Encontra-se aqui a forma como a colonização portuguesa, assente neste regime de diferenciação social, constrói a categoria de indígena⁷ como um espaço, simultaneamente, oposto e anterior ao espaço de cidadania, definido como branco/europeu. Consagrando esta diferenciação, os diversos códigos legais produzidos pela autoridade colonial procuravam traduzir e institucionalizar um ideal de ordem social claramente racial assente, numa lógica de espelhos invertidos, na imagem do indígena *versus* a imagem da ação colonial tal como ambicionava ser vista e representada. Tais códigos condensam a interferência colonial de Portugal em África, moldando profundamente as mentalidades e atuações dos colonos portugueses.

A partir dos anos 20, os processos de exploração e produção, com custos bastante elevados, entram em crise, e a competitividade dos produtos coloniais decresce. A integração das economias metropolitana e colonial encontrava-se,

⁶ A título de exemplo, o censo de 1894 aponta que a população de Lourenço Marques (atual Maputo) era composta de 2236 europeus do sexo masculino, dos quais 72% eram portugueses. Entre os restantes contavam-se ingleses, italianos, franceses, alemães, holandeses, gregos, norte-americanos, espanhóis, suíços, austríacos, brasileiros, etc. (Reis, 1973).

⁷ Leia-se africano. No contexto colonial, a noção de indígena foi sinónimo de negro, de africano.

na realidade, seriamente minada.⁸ E a este enfraquecimento económico-financeiro, alia-se a fragilização política da soberania portuguesa sobre os territórios das colónias.⁹ Finalmente, crescia a pressão da Sociedade das Nações que condenava o trabalho forçado indígena – base da economia colonial –, responsabilizando diretamente os Estados coloniais pelas consequências nefastas das suas ‘missões civilizadoras’ (Duffy, 1967; Meneses, 2010). Neste contexto problemático, a migração portuguesa para África dominará a política colonial portuguesa até às independências.¹⁰ Como claramente defendia Vicente Ferreira,¹¹

se a colocação externa dos ‘excedentes demográficos metropolitanos’ pode resolver um problema de política interna da metrópole’, [o povoamento branco] ‘dos nossos territórios de África, com gentes oriundas da metrópole [...] deve constituir, por muitas gerações, política permanente do Estado português (1944: 11).

É também neste contexto que a Constituição de 1933 assume a defesa intransigente dos territórios coloniais. Na verdade, com a instauração do Estado Novo a que se seguiu o plebiscito constitucional de 1933, o Ato Colonial passa a integrar a Constituição. Preconizando a instauração do ‘Império Colonial’, o Ato Colonial acabou por funcionar como o quadro jurídico-institucional de pendor centralizador e nacionalista da colonização portuguesa. Esta posição está espelhada na posição do Coronel Ribeiro Villas, para quem o

sinal de soberania [i.e., integração imperial] é triplo; obediência que dê pacificação e tranquilidade, de maneira à terra ser percorrida com segurança; tributo, que custeie a administração, pedra de toque da subordinação; trabalho valorizando o solo, criando riqueza (1929: 107).

⁸ Nesta altura, uma série de greves e revoltas sacudiu estas colónias (Pélissier, 1986; Penvenne, 1995).

⁹ No contexto africano, Portugal enfrentava o impulso expansionista dos vizinhos, como a África do Sul e as colónias do Congo Belga (hoje República Democrática do Congo) e da Rodésia. No caso específico de Moçambique, enfrentava também o desafio das comunidades indianas que ocupavam um lugar importante na economia colonial (Leite, 2001).

¹⁰ Este processo, que conheceu um impulso importante após a II Guerra Mundial, ocorreu em contracorrente, quando outros poderes coloniais instalados no continente se indagaram sobre o futuro dos seus impérios, tentando controlar a presença de colonos.

¹¹ Vicente Ferreira marcou presença no espaço político português. Foi Alto-Comissário de Angola em 1928, membro do Conselho Superior das Colónias em 1935 e Presidente do Conselho do Império Colonial entre 1946 e 1953.

Formando um todo indivisível com a metrópole, o império afigurava-se, assim, como a solução para a crise financeira e económica de Portugal. Consequentemente, a subordinação definitiva dos interesses das colónias aos da metrópole, a que MacQueen chamou de ‘nacionalismo económico’ (1997: 10), passou a marcar as trocas no espaço económico português, com maior proteção aos produtos metropolitanos e contenção da industrialização das colónias.

Na continuidade do pressuposto altamente integrador da Nação pluricontinental, a revisão constitucional de 1951 revoga o Ato Colonial, transformando-o num novo título constitucional. As mudanças introduzidas dizem respeito, sobretudo, à terminologia: os vocábulos ‘império colonial’ e ‘colónia’ são substituídos pelos termos ‘ultramar português’ e ‘província ultramarina’, o que expressava o reforço da visão integracionista e centralizadora.¹² Tal visão integracionista visava claramente a defesa da posição de Portugal face à crítica de que era alvo internacionalmente, sobretudo ao nível da ONU, na medida em que com o abandono do vocábulo ‘colónia’ é descartada a ideia de ‘posse’ de territórios alheios, e na medida em que a adoção do termo ‘província’ assertava uma identidade portuguesa que, na sua integralidade, seria inequivocamente pluricontinental. Estas medidas vieram moldar novamente as relações entre colónias e metrópole e, no novo quadro político-jurídico, o estatuto do indígena assumiu um papel central. Este negava à grande maioria dos africanos todo um conjunto de direitos indispensáveis ao exercício da cidadania, nomeadamente ao nível do acesso ao mercado de trabalho e ao nível da progressão profissional e salarial. Tratou-se de uma política que visava dirigir a mão de obra africana para o ‘trabalho barato’, de modo a servir o crescente setor capitalista e a promover os interesses da população branca.¹³ Num outro patamar, este estatuto procurava também institucionalizar o estatuto de cidadão assimilado ‘à cultura portuguesa’. A condição de assimilado, que emerge no foro legal ainda em finais do século XIX, abria a possibilidade dos ‘nativos’ ascenderem à categoria de cidadão, desde que demonstrassem ter absorvido a língua e a cultura da metrópole, desde que se identificassem com as suas referências religiosas, desde que detivesse um trabalho condigno, etc., e, finalmente, desde que manifestassem adesão ao projeto de cidadania em

¹² Visão esta introduzida em 1930 e, em 1933, pela Carta Orgânica do Império Colonial Português e pela Reforma Administrativa Ultramarina.

¹³ O estatuto institucionalizava ainda a obrigação do trabalho para o indígena, através do regime de impostos cobrados pelo Estado colonial. Para efetivar este regime, a política colonial continuou a basear a sua estratégia na força policial e na violência, inclusivé corporal.

que apostava a ideologia colonial. Solicitando a mudança de estatuto, ou seja, a aceitação da sua ‘assimilação’ à cultura europeia, os indígenas poderiam usufruir do estatuto e direitos conferidos aos cidadãos portugueses – pelo menos no plano abstrato da lei.

O fim formal da política discriminatória, no foro legislativo, só se dá, no entanto, em 1961, com as reformas de Adriano Moreira, então Ministro do Ultramar. É apenas em 1961, portanto, que é abolida a última versão (anos 1950) do Estatuto do Indigenato,¹⁴ que abrangia os indígenas das colónias da Guiné, Angola e Moçambique.¹⁵ Obviamente, a representatividade destes ‘assimilados’ era ínfima. Dalila Mateus refere que o número de assimilados negros, em Angola, passara de 30 000, em 1950, para 38 000 em 1960.

Em 1960, negros e mestiços civilizados representavam cerca de 1/3 do total dos civilizados (cerca de 270 000 pessoas). Eram, na sua maioria, gente das cidades (1999: 23).

No início da década de 60, Moçambique, com aproximadamente 6 milhões e meio de habitantes, contava com cerca de 31 500 assimilados (American Committee on Africa, 1968: 1). Ou seja, 99% da população permanecia indígena.¹⁶

Estes dados desafiam a retórica salazarista que construiu um projeto identitário português, celebratório e laudativo dos ‘500 anos de presença colonial’ e da forte presença de colonos portugueses em África (Bender, 1978; Penvenne, 1995). Os dados disponíveis mostram, na realidade, que as grandes vagas migratórias de colonos portugueses aconteceram a partir da II Guerra Mundial, quando os processos de descolonização já estavam em marcha em vários países de África. A população branca de Angola viria a atingir a cifra de meio milhão (incluindo os militares e seus familiares) em 1974 (Bender, 1978: 28). No caso de Moçambique, integravam ainda o contingente dos não indígenas indianos e paquistaneses, ‘mistos’ e chineses, num total de 220 000 pessoas (Rita-Ferreira, 1998: 122). Juntando-se a esta cifra o contingente de militares

¹⁴ Veja-se a Lei n.º 2066, de 27 junho de 1953, e o Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de maio de 1954 referente ao, *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*.

¹⁵ Decreto-Lei n.º 43893, de 6 de setembro de 1961: *Revogação do Decreto-Lei n.º 39666, que promulga o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*.

¹⁶ E a situação não conheceu grandes mudanças na década que se seguiu, o que contrastava com os dados existentes para outras colónias vizinhas, como é o caso da África do Sul, onde a percentagem de população branca desde cedo foi bem significativa. No início da década de 60, por exemplo, havia mais de dois milhões de brancos na África do Sul (Anderson, 1962: 100).

destacados em Moçambique, assim como das suas famílias, esta população seria de cerca de 300 000 pessoas. Este salto explica-se, também, pelas mudanças económicas protecionistas, que procuravam promover o desenvolvimento das economias das colónias, promulgadas pelo Estado Novo.

De fato, do ponto de vista económico, a acumulação de capital realizada durante a II Guerra Mundial abriu novas oportunidades de investimento nas colónias, sobretudo em Angola e Moçambique (Duffy, 1967).¹⁷ Tal origina, na década de 50, a necessidade de acelerar a implementação do chamado 'Espaço Económico Português'. A ideia era a de criar nas colónias, especialmente em Angola e Moçambique, economias fortes que pudessem competir com os mercados externos. Instituinto uma zona de comércio livre entre a metrópole e as colónias, a medida previa a criação, num período de dez anos, do espaço económico português (Ferreira, 1993). Daqui não se deverá deduzir, contudo, que Portugal se afirmava como a potência económica por excelência da região. A realidade é que a preponderância do investimento estrangeiro na exploração de Angola e Moçambique, a criação de uma rede de transporte de acordo com os interesses económicos das economias vizinhas e, no caso de Moçambique, o recrutamento maciço de trabalhadores negros para as minas sul-africanas, produziu uma imagem de Portugal como um agente secundário, ao serviço dos interesses sul-africanos, a principal economia regional (MacQueen, 1997: 7).

Uma outra frente de reforma da política colonial dos anos 50 referia-se à política de colonização e povoamento agrícola do ultramar com populações portuguesas (Castelo, 2007). Em Angola, o reflexo direto desta política foi a criação de dois projetos – o colonato de Cela, no centro, e o de Maiata, a sul. No caso de Moçambique, estava em curso a construção de vários colonatos, destacando-se o do vale do Limpopo, a sul, assim como na Angónia, em Tete. Posteriormente surgiriam outros, sendo de destacar o megaprojeto hidrelétrico e de exploração de recursos naturais de Cahora Bassa, no Zambeze.¹⁸ O investimento das autoridades coloniais na edificação de colonatos revestiu-se de uma violência acentuada. Na verdade, estes colonatos foram sendo criados em

¹⁷ O contexto económico do pós-II Guerra foi significativamente favorável, tendo impulsionado a subida das cotações de produtos coloniais, como o café, o algodão, o chá e o sisal, o desenvolvimento industrial e fabril, a exploração dos recursos do subsolo, assim como um novo afluxo de colonos.

¹⁸ O projeto de Cahora Bassa integrava, para além da construção da barragem, uma das maiores no continente, a construção de uma estação transformadora de energia, a edificação de linhas de transmissão elétrica para a África do Sul e vários projetos agrícolas.

evidente prejuízo das populações autóctones: a política subjacente implicava a usurpação e expropriação de terras e a instalação forçada das populações em reservas indígenas ou mesmo em campos de concentração, como foi o caso do campo de São Nicolau em Angola.¹⁹ Para além da dimensão de usurpação e expropriação, esta política foi germana de uma reorganização dos territórios coloniais através das já mencionadas reservas indígenas. Libertando a terra para o povoamento europeu e para a exploração capitalista das colónias, esta reorganização territorial permitia ainda assegurar reservatórios de mão de obra, indispensáveis para tal exploração. Como sublinhou Mondlane,

o africano viu-se desapossado não só do seu poder político e da sua terra, mas também dos direitos mais elementares para controlar a sua própria vida. Era tratado praticamente como um escravo: forçado a abandonar a sua casa e família para trabalhar em qualquer sítio, durante horas excessivamente longas e por um salário meramente nominal (1976 [1969]: 36).

Nestas condições, como refere Rosas (1994), generalizou-se a revolta, surgindo, nas zonas dos colonatos, conflitos entre as populações africanas e os colonos.

Neste momento, importa enfatizar os modos pelos quais o desenvolvimento da exploração capitalista dos territórios ultramarinos, dependente como está da dominação colonial, era apoiada pelos interesses do capitalismo internacional. Em 1964, a África do Sul propõe a criação de um Mercado Comum da África Austral – SACOM –, envolvendo-a a si e às colónias que a rodeavam: Rodésia,²⁰

¹⁹ O acima citado colonato de Cela, por exemplo, foi construído à custa do desalojamento de 4000 famílias africanas que foram remetidas para uma reserva indígena (Guerra, 1988). Nos anos 60, em Moçambique, e de acordo com Allen e Barbara Isaacman (1983: 43), cerca de 3000 europeus possuíam mais propriedades agrícolas do que um milhão e meio de agricultores africanos. Estes autores sublinham também que, enquanto que cada agricultor branco detinha, em média, 562 hectares de terreno, os africanos possuíam apenas 1,4 hectares.

²⁰ Então ainda colónia britânica. A declaração unilateral de independência, proclamada em dezembro de 1965, não ganhou reconhecimento internacional, mantendo-se um Estado-pária governado por uma minoria branca até à sua independência completa, em 1980, altura em que se transformou no Zimbabwe. Formalmente Portugal nunca estabeleceu relações com a Rodésia, mantendo que o território rodesiano era de soberania britânica. Até 1974, as relações diplomáticas entre Portugal e a Rodésia realizavam-se através do Consulado Geral em Salisbúria, da Missão da Rodésia em Lisboa e dos consulados rodesianos em Lourenço Marques, na Beira, e da Missão Comercial em Luanda.

Angola, Moçambique,²¹ Lesoto,²² Suazilândia,²³ Botswana e Malawi.²⁴ Para além deste projeto económico regional, a África do Sul assinou, nesse mesmo ano, um acordo de cooperação com Portugal para o desenvolvimento do planalto do Vale do Cunene, em Angola, e para a construção da já referida barragem Cahora Bassa.²⁵ Ambos os projetos são vistos como polos para o desenvolvimento de ‘baluartes brancos’ em África.

O caso de Cahora Bassa merece uma leitura mais detalhada, pois este projeto estava no centro dos debates sobre a geopolítica da África Austral. A sua defesa, pelo governo de Marcello Caetano (no poder desde 1968), confirmava o projeto colonial de desenvolvimento e integração regional. O consórcio ZAMCO,²⁶ que liderava o projeto de Cahora Bassa, era dominado por interesses ocidentais e sul-africanos.²⁷ O projeto propunha-se a cumprir um duplo objetivo: gerar uma fonte de energia barata para os interesses sul-africanos e mobilizar o apoio ocidental na defesa da presença de Portugal em Moçambique. E, como Marcello Caetano referiria, o

progresso que a barragem de Cahora Bassa provocará não só há-de permitir pôr termo à actividade dos guerrilheiros, que se regista há cinco anos no norte de Moçambique, como atrairá ao vale do Zambeze um milhão de europeus, o que terá grande importância, tanto sobre o futuro daquela província portuguesa, como sobre o de toda a África Austral.²⁸

Pesem embora as crescentes pressões da comunidade internacional no sentido de uma rejeição da colonização portuguesa e o início das resistências

²¹ Angola e Moçambique eram territórios coloniais dependentes de Portugal.

²² O Lesoto e o Botswana, ambos colónias inglesas, ascenderam à independência em 1966.

²³ Ascendeu à independência em 1968.

²⁴ O Malawi tornou-se independente da Grã-Bretanha em 1964.

²⁵ Editorial do *Diário de Notícias*, de 14 de outubro de 1969.

²⁶ ZAMCO – Zambeze Consórcio Hidroelétrico para a execução do empreendimento de Cahora Bassa.

²⁷ Para além de Portugal, participavam no consórcio empresas de capital sul-africano, da então Alemanha Ocidental, da França, Grã-Bretanha e Itália. Veja-se a edição do *International Herald Tribune*, de 30 de dezembro de 1970, a revista *The Economist*, de 2 de janeiro de 1971, o *Nationalist*, na edição de 10 de julho de 1971 e *Africasia*, nº 45, de 19 de julho de 1971.

²⁸ *Diário de Notícias* de 1 de outubro de 1969. Este projeto seria, no entanto, ultrapassado pelos acontecimentos. A abertura da frente de Tete e o alastrar das atividades de guerrilha a Manica e Sofala, em 1972, resultaram na secundarização da questão da barragem, passando a ser dada prioridade à defesa e segurança dos colonos (Coelho, 1989).

armadas contra o poder colonial, o ritmo de crescimento dos territórios ultramarinos portugueses acelerou-se a partir dos anos 60.²⁹ Na obstinada resistência aos ventos da descolonização e independência, o governo português procurava consolidar as estratégias de cooperação entre Angola e Moçambique, Rodésia e África do Sul, para defender os seus interesses.

Nesta ótica, o cone austral do continente constituía a ‘única garantia sólida e a única aliada da política do Ocidente em África’ e, como Salazar sublinhava, seria um ‘crime contra a civilização e contra o progresso’ estender à África Austral os ventos de mudança que tinham resultado em ‘anarquia, miséria, conflitos políticos e bélicos’ nos territórios vizinhos que haviam ascendido à independência (Salazar, 1967: 10-11). Nestas ‘interdependências insubstituíveis’, para usar a sua expressão, o crescimento económico assinalava reforço gradual das ligações económicas com a África do Sul, Zaire, Rodésia, etc., ao qual estava associado uma retração das relações mercantis com Portugal (Rocha, 1977). De fato, quem garantisse os portos e sistemas de cooperação na área dos transportes controlava a África Austral (incluindo a Zâmbia e Malawi): o acesso aos portos de Lourenço Marques e da Beira revelava-se estratégico para a Rodésia; a Zâmbia e o Malawi necessitavam também dos portos a norte, e o Zaire e a Zâmbia não dispensavam o acesso aos portos de Angola. É, pois, neste contexto de crescimento económico que, pese embora o início das lutas armadas pela libertação nacional de Moçambique e Angola,

um quarto de milhão de expatriados e colonos, em Angola, e metade desse número em Moçambique, construíram indústrias de serviços e unidades transformadoras como até então fora visto em poucas colónias tropicais. A indústria de construção estava próspera, o turismo chegou às instâncias do Índico, as fotografias aéreas mostravam novas explorações pecuárias, construíam-se projetos hidro-elétricos gigantescos, os camponeses brancos irrigavam os campos de arroz, os arrastões congelavam peixe, os poços bombeavam petróleo, as empresas cervejeiras multiplicavam a sua produção e o Império produzia um quarto de

²⁹ O caso de Angola é único quanto às taxas de crescimento, tendo sido, inclusivamente, apelidado de ‘milagre económico’. Na verdade, se até 1963 a taxa de crescimento do PIB atingia valores médios de 4%, daí até 1973 chega a alcançar uma média de 7%. Este crescimento deveu-se a um conjunto de fatores, do qual se destaca a ação da administração portuguesa que, desde os anos 50, investe na criação de infraestruturas e no reforço da importância do setor agrícola, com as explorações de café, açúcar e sisal, e do setor extrativo, patente na exploração diamantífera, petrolífera e de minério de ferro – ambos virados para a exportação. Por outro lado, é de referir o impulso económico que a guerra colonial proporcionou ao Estado Novo.

milhão de toneladas de café por ano, vendido em troca de dólares americanos e florins holandeses. Na década de 1960-69, a bolha não apresentava o menor sinal de ir rebentar (Birmingham, 1998b: 219-220).

É precisamente perante este cenário, mapeando os percursos e dinâmicas históricas dos fluxos migratórios entre Portugal e as ex-colónias, que Cláudia Castelo conclui:

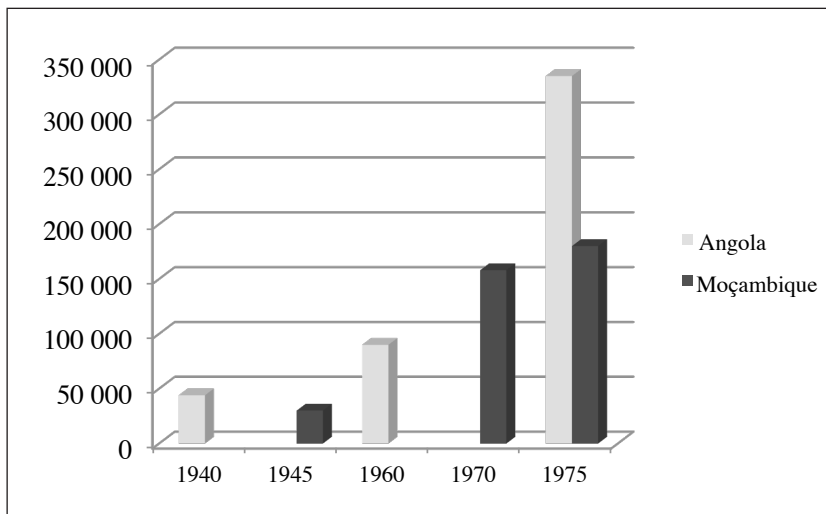
o momento da ‘descolagem’ da migração para a África portuguesa situou-se no imediato pós-Segunda Guerra Mundial (mais propriamente nos anos 1947/1948), num contexto económico muito favorável gerado pelas altas cotações dos géneros coloniais [...]. O apogeu deste fluxo situou-se na década de 50, sendo a segunda metade dos anos 60 já de abrandamento [...]. Nos 13 anos da guerra colonial, a taxa de fixação de novos residentes de origem metropolitana foi menor, mas a entrada de contingentes militares muitíssimo volumosos recrutados na metrópole significou, na prática, um substancial aumento da população branca temporária (2004: 21).

No início da década de 70, a comunidade colona de origem portuguesa em Angola e Moçambique estava dividida por vários grupos, com limites bastante fluídos: pessoal administrativo; colonos migrantes e pessoal associado ao exército e à polícia. O primeiro grupo referia-se a migrantes em missão oficial e que, no final da ‘comissão’, regressavam normalmente à metrópole. Com o início da Guerra Colonial, o governo português passou a encorajar a fixação em Moçambique e Angola destes funcionários públicos. O grupo dos militares e polícias, bastante reduzido até ao início da década de 60, vai conhecer um crescimento exponencial com o eclodir da guerra, primeiro em Angola e depois em Moçambique. A fixação dos militares e respetivas famílias permitia manter uma reserva militar que proporcionava maior segurança às populações, especialmente as colonas. Por fim, a categoria dos colonos migrantes englobava, essencialmente, portugueses que iam voluntariamente para Angola e Moçambique, no quadro da tendência emigratória da época (Castelo, 2007). No caso de Angola, uma parte significativa destes colonos eram agricultores portugueses, enviados para as colónias, especialmente a partir dos anos 50, para formar colonatos agrícolas.³⁰ Nesta categoria estavam ainda presentes

³⁰ Conclusões semelhantes são avançadas por Maria Ioannis Baganha e Pedro Góis, os quais defendem que a maioria dos migrantes portugueses provinha, sobretudo, do meio rural (1998: 236).

empregados de casas comerciais e ‘grandes colonos’, i.e., a burguesia empreendedora local. Estes ocupavam posições-chave quer na esfera económica (v.g., na agricultura de monocultura, na média indústria, no comércio, etc.), quer ao nível da participação no poder político e na administração pública local. A análise destes dados sugere que as ‘raízes’ da presença portuguesa em África são, portanto, bastante recentes, como o gráfico da figura 2 sugere.³¹

FIGURA 1
População branca em Angola e Moçambique



Fonte: INE, 2001.

O encontro colonial português expandiu-se por vários continentes, produzindo uma gramática de poder que se traduzia na imagem ‘do Minho a Timor’. O final do império, com todas as convulsões que lhe estiveram associadas, produziu um Portugal que, reduzido a um espaço europeu, contém em si inúmeros legados do passado colonial. A descolonização representa, neste contexto, muito mais do que a transição para a independência ou a

³¹ Analisando o contexto angolano, Bender (1978: 26) sugere que mais de 70% da população europeia tinha migrado há apenas uma geração, contrastando com a realidade brasileira e outros processos de descolonização (Smith, 2003). E no caso de Moçambique, a população colona estava especialmente centrada em espaços urbanos (mais de 70% dos brancos).

mera transferência de poderes. A análise deste processo de transição exige, por conseguinte, a análise das lutas, compromissos, promessas, e o repensar de conceitos fundamentais que ligam espaços e tempos. No seu sentido mais amplo, constitui um campo de disputa sobre representações e políticas nas ex-colónias e na ex-metrópole, num complexo jogo de espelhos, onde o sentido da colonização e do império são interrogados.

2. Projetos Rivals na Descolonização Portuguesa: Independência para quem?

Os impactos da II Guerra Mundial, tanto a nível político como ideológico, foram enormes, simbolizando estes a perda da centralidade europeia no sistema mundo. Salazar descreveria este fato, num discurso proferido em 1939, como a perda do 'cérebro e coração do mundo' (1959: 139). O choque desta mudança na situação colonial encontra reflexo na 'Carta do Atlântico', de 14 de agosto de 1941, subscrita por Roosevelt e Churchill. De entre os princípios expressos na Carta, estavam o direito de todos os povos à soberania e o direito à escolha da forma de governo. Na constituição das Nações Unidas, esta posição encontrou, no entanto, um eco limitado: o direito à autodeterminação estava restringido aos antigos mandatos da Sociedade das Nações, aos territórios tomados ao inimigo e a outros que, voluntariamente, fossem colocados nesse regime. Mas os movimentos nacionalistas e oposicionistas à situação colonial foram tomando terreno, encontrando apoio, em 1955, na Conferência de Bandung, a qual se afigura como momento constitutivo do conhecido movimento dos não-alinhados. Esta combinatória, associada aos apoios dos Estados Unidos e dos países socialistas (da União Soviética à China), foi fundamental no descolar para as independências africanas a partir de finais da década de 50. E, em 1960, quando o Primeiro-ministro britânico Harold Mcmillam pronunciou o seu famoso discurso sobre os ventos de mudança que sopravam sobre África, a independência imediata de todos os territórios coloniais já era internacionalmente aceite pela maioria dos países. A exceção observava-se em relação ao império português; as independências africanas eram interpretadas pelo governo português como exemplos perigosos para o 'seu' Ultramar, e o processo independentista britânico e francês vai colocar em causa as boas relações de Portugal com estes países, especialmente no que diz respeito ao Reino Unido.

No início da década de 60, Portugal passa a considerar como territórios ultramarinos essenciais Moçambique, Angola e Cabo Verde.³² Com um certo

³² A situação geoestratégica de Cabo Verde explica a sua inclusão.

desanuiamento das relações entre os EUA e Portugal em torno da questão colonial (especialmente na ONU)³³, ainda na era Kennedy,³⁴ o governo português vai aprofundar as suas relações políticas, económicas e militares com os ‘seus aliados’ na região: África do Sul, Rodésia e, em menor escala, com o Malawi e o Zaire. De fato, desde essa altura que passou a estar em cima da mesa a possibilidade de se ampliarem ‘formas de cooperação económica a serem reguladas por tratados bilaterais’, e de se acordarem ‘pactos militares secretos de assistência mútua local’.³⁵ Para a África do Sul e Rodésia, regimes de minoria branca com economias em expansão e dispendo de importantes forças militares, a cooperação com Portugal era imprescindível para sustentar a onda nacionalista negra.

Os receios eram grandes quanto ao futuro do poder branco em África. Em agosto de 1963, Salazar enviou uma carta ao Primeiro-ministro da África do Sul, Verwoerd. Um dos principais assuntos da missiva era o receio da ascensão ao poder, na Rodésia, de um regime de maioria negra. Isto equivalia a dizer que, no extremo austral, apenas os territórios portugueses e a África do Sul ficariam como ‘representantes e defensores da civilização do Ocidente’. Caso, por exemplo, a Rodésia cedesse à pressão nacionalista africana, Portugal ficaria ‘com os flancos interiores de Angola e Moçambique abertos à infiltração’. É este receio que explica o interesse expresso pelo chefe do governo português em todas as ‘formas de cooperação entre a África do Sul e as colónias de Angola e Moçambique’ (Nogueira, 2000a: 514). Continuar em África significava, por isso, que ‘teremos de aguentar, e de nos encostar aos que querem ficar em África’ (Nogueira, 2000c: 142). Esta necessidade ‘inescapável’ explica, igualmente, a opção do governo português em apoiar os esforços anticomunistas de Tschombé e Mobutu, no vizinho Zaire, tentando vencer a insurreição que grassava no norte de Angola (Jesus, 2012).

³³ Em 1960, o ‘Ano de África’, ascenderam à independência catorze antigas colónias em África, tomando estas assento na Assembleia Geral da ONU e ampliando o bloco afro-asiático anticolonial.

³⁴ Tendo tomado posse em 1960, o governo Kennedy adotou inicialmente uma política de franco apoio ao nacionalismo africano, como forma de evitar o alastrar da influência comunista no continente.

³⁵ ‘Ensaio sobre os pontos referidos no discurso do Presidente do Conselho na Assembleia Nacional’. Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Arquivo de Salazar: AOS/CO/NE-30B, de abril de 1962.

A condição essencial para o sucesso da luta ‘antissubversiva’ na região e para a continuidade do projeto colonial-capitalista das minorias brancas era, pois, a cooperação entre África do Sul, Rodésia e as colónias de Angola e Moçambique (e, num outro patamar, com o Malawi e o Zaire). Relembre-se que, em 1974, parte significativa da população branca no continente africano estava concentrada no extremo austral, em Moçambique, Angola, África do Sul e Rodésia, e que Angola e Moçambique representavam, juntamente com o Sudoeste Africano, uma zona tampão de segurança fundamental para os regimes minoritários brancos da Rodésia e da África do Sul. Não é, por isso, de estranhar a aliança entre Portugal, África do Sul e Rodésia contra a ‘insurreição’ africana. Para o governo minoritário sul-africano, a possibilidade de uma Angola ou um Moçambique independentes, governados por um regime político oriundo de um movimento de libertação, representava, de fato, vários perigos: alargava a fronteira à infiltração da guerrilha nacionalista, ameaçava o vital acesso ao mar e, acima de tudo, punha em causa a hegemonia branca, trazendo para a ribalta a questão da descolonização. A importância destas alianças para a sobrevivência do *status quo* político existente levou Ian Smith, Primeiro-ministro rodesiano, a afirmar, nas suas memórias, que ‘se estivesse Salazar mais uma década no poder, a Rodésia teria sobrevivido’ (1997: 73).

Em 1968, com Salazar doente, Marcello Caetano é indigitado por Américo Tomás para presidente do Conselho. Caetano opta, fundamentalmente, por dar continuidade aos valores e princípios do Estado Novo, pese embora os seus esforços para se diferenciar relativamente àquele (Rosas, 1994: 547). Tratava-se da chamada ‘evolução na continuidade’. Esta orientação política traduziu-se, basicamente, na transformação da ‘Grande Nação Portuguesa’ do Estado Novo, numa ‘Nação Pluricontinental e Plurirracial’. E, aos olhos de Caetano, tal significaria a necessidade de continuar o esforço de guerra, quer porque as suas convicções pessoais não passavam pela descolonização, quer porque a admissão de tal possibilidade suscitaria, por parte da ala política da direita, ameaças de golpe de Estado e de guerra civil (Rosas, 1994).³⁶

Nesta lógica de atuação, Caetano busca, a partir de 1970, desconstruir o paradigma colonial salazarista, refutando as justificações até então vigentes,

³⁶ Assim, a chamada ‘evolução na continuidade’ acaba por redundar em transfigurações meramente formais: a PIDE é rebatizada de DGS, a Censura passa a denominar-se Exame Prévio, entre outras mudanças.

nomeadamente a que se apoiava sobre a ideia de uma ‘missão civilizadora’ e a que fazia depender a independência nacional do destino das colónias. Mas o referencial nacionalista colonial permaneceu subjacente ao seu projeto político: Caetano insistia que, na revisão constitucional, a estrutura política promulgada na Constituição de 1933 – o Portugal imperial uno e indivisível – devia ser mantida (1970: 14). Caetano procura solucionar este potencial nó górdio, através do princípio de ‘autonomia progressiva’ dos territórios ultramarinos. Anuncia, ainda, que tal autonomia deveria ser ‘participada’ na forma de eleições para as assembleias legislativas dos territórios. Na verdade, este princípio de ‘autonomia progressiva’ seria reconhecido, em 1971, por uma revisão constitucional e, em 1972, pela nova Lei Orgânica do Ultramar e dos Estatutos Territoriais, pela qual se estabeleceu que

as províncias ultramarinas são parte integrante da Nação, com estatutos próprios como regiões autónomas, podendo ser designadas por Estados, de acordo com a tradição nacional, quando o progresso do seu meio social e a complexidade da sua administração justifiquem essa qualificação honorífica.³⁷

Recebendo o título honorífico de Estado, Angola e Moçambique foram dotados com governos, assembleias legislativas e tribunais próprios, aparente prenúncio de um futuro federalista.³⁸ Na realidade, esta proposta procurava abrir caminho para uma solução política da questão colonial em moldes que satisfizessem os desejos da população colona, bem como os desígnios de Caetano que defendia abertamente a permanência de Portugal no xadrez ultramarino. Nas suas palavras: ‘a defesa do Ultramar português não afrouxará no plano diplomático, como não fraquejará no plano interno’ (1969b: 5). Mas, no fundo, quer Caetano quer vários grupos de militares e colonos procuravam as condições para a independência controlada das colónias, através de propostas de autonomia progressiva.³⁹

Em 1969, Marcello Caetano, de visita a Moçambique, avançaria com pistas quanto à possibilidade de autonomia federativa para as colónias, ao afirmar:

³⁷ Lei n.º 5/72 de 23 de junho, Capítulo II, Base II, artigo 1.

³⁸ Em 1962, Salazar tinha arquivado as propostas para uma resolução da questão colonial, através da criação de uma federação de estados independentes (Antunes, vol. 1 – 1985: 30).

³⁹ Foram exemplo destas tentativas o caso das negociações com o movimento nacionalista do PAIGC, na Guiné-Bissau (Spínola, 1974; Caetano, 1976: 119), e as negociações de Jorge Jardim com a Zâmbia, através de Mark Chona (Jardim, 1976; Entrevista de Mark Chona e Aquino de Bragança na *Expresso Revista*, de 3 de dezembro de 1976).

‘a Assembleia legislativa colonial compara-se, plenamente, na sua composição e nas suas competências, às assembleias dos estados nas federações mais desenvolvidas’.⁴⁰ Em 1971, e com o avanço das pressões internas (guerras nacionalistas e protestos) e externas (pressões internacionais, incluindo a nível da ONU), acontecem várias mudanças nos mecanismos que governavam as relações económicas das colónias com Portugal. Com tais alterações, a metrópole restituiu a Angola e Moçambique o controle sobre a exportação e a importação, inclusive sobre a balança de pagamentos. Esta descentralização representa uma forma de rutura para com o ‘integracionismo económico’ que dominou a política económica colonial nos anos 50 e 60, e foi seguida de importantes mudanças, quer a nível legislativo quer fiscal, aumentando a autonomia de Angola e Moçambique. É esta suposta abertura que levou Almeida Santos a defender na época

uma solução federativa, porque me apercebi de que ainda poderíamos tentar uma saída política, embora sabendo que, com o tempo, os laços com Portugal seriam cortados. Mas isso permitiria uma transferência de poderes não catastrófica, que salvaguardaria as estruturas económicas e a permanência dos colonos. A partir de certa altura, dei-me conta de que isso se tornara impossível e passei a defender o princípio da autodeterminação, através de consultas aos povos das colónias.⁴¹

Numa entrevista realizada em 1976, Marcello Caetano enfatizaria a sua certeza de que qualquer solução para a ‘questão ultramarina’ teria de obedecer a duas condições essenciais: ‘garantir a presença ativa de elementos civilizados nos territórios onde habitavam e assegurar a continuidade da cultura portuguesa nesses territórios’. Para Caetano, a lenta abertura às mudanças que propunha deveriam conduzir à formação de ‘sociedades multirraciais nas províncias ultramarinas’ (1976: 11-12). Este projeto de matriz lusotropicalista e neocolonial, assentava no referencial monocultural da *Comunidade Lusíada*, à qual os africanos se deveriam assimilar cultural, linguística, moral e intelectualmente como condição para exercer a sua cidadania. Pese embora a necessidade de se distanciar dos regimes racistas de África do Sul e Rodésia, dado o seu discurso e propaganda lusotropicalista, para Portugal o modelo

⁴⁰ *Jornal Notícias*, na edição de 19 de abril de 1969. Edição de Moçambique.

⁴¹ Entrevista de Almeida Santos ‘Descolonização assentou em lei anónima’, publicada na *Revista Visão*, de 7 de abril de 1994.

de emancipação para Angola ou Moçambique deveria seguir os passos da Rodésia ou da África do Sul, já que a autonomia destes territórios seria apenas concebível na condição

de que a África portuguesa continue a ter a alma portuguesa e que nela prossiga a vida e obra de quantos se honram e orgulham de portugueses ser (Caetano, 1976: 13).

Todavia, o afastamento entre a metrópole e o espaço ultramarino começava a afigurar-se insanável, dada a forte contestação à centralidade metropolitana. E a complexificar a situação estavam as divergências internas dessa mesma contestação, havendo quem defendesse um sistema de autonomia parcial, integrado num microsistema da lusofonia, pelo apoio aos movimentos nacionalistas (Pimenta, 2005), e quem advogasse a possibilidade de independências unilaterais promovidas por grupos de colonos brancos, à imagem do que havia acontecido na Rodésia e noutros contextos latino-americanos. Em resumo, face ao avanço da guerra em Angola e em Moçambique, e num contexto em que grupos de colonos brancos questionavam crescentemente a estrutura vigente, o governo português avançava com um ensaio de autonomia, em que ambos os territórios permaneceriam reféns de um projeto nacional ‘pluriétnico’, com capital em Lisboa (Jardim, 1976). Neste projeto, Lisboa mantinha a prerrogativa de dissolver as assembleias, bem como de nomear governadores com poder de veto sobre diplomas legislativos dos novos Estados. Por estes motivos, Guerra (1988) interpreta esta ‘demagogia liberalizante’ como estratégia destinada a assegurar a sobrevivência do poder colonial português em roupagens neocoloniais.

A estratégia adotada por Caetano materializou-se, fundamentalmente, na continuação da guerra colonial sem uma efetiva liberalização de Portugal. Mas os primeiros impulsos para a liberalização, nomeadamente política, tinham já acendido os ânimos e as esperanças de uma mudança real de regime, quer na metrópole, quer nas colónias. Múltiplos segmentos sociais – estudantes, católicos progressistas, oposições de esquerda, comunidades exiladas das elites e dos estudantes africanos –, reclamavam agora abertamente o fim da guerra colonial e as independências efetivamente africanas. O endurecimento da clivagem entre as posições originou um questionamento profundo sobre a pertinência e a viabilidade do marcelismo. De fato, a recusa marcelista em aceitar uma solução política para a guerra, conduziu a oficialidade intermédia – os capitães –, a crer que o fim do conflito passaria inexoravelmente pelo fim

do regime. Ou seja, que a solução para a situação colonial-fascista de Portugal apenas poderia ser resolvida politicamente, o que esteve na origem do golpe do 25 de Abril de 1974.

Entre abril de 1974 e o chamado ‘verão quente’, a questão da descolonização esteve no centro dos debates. Em Portugal, estes debates poderão ser escarpados em dois níveis principais. Por um lado, o debate que ocorreu no seio do próprio Movimento das Forças Armadas (MFA),⁴² que havia liderado o golpe e, por outro, entre este e o governo português. Globalmente, porque a questão colonial tinha sido um dos vetores fundadores do golpe do 25 de Abril, o futuro das colónias (e o fim da Guerra Colonial) encontrava eco em duas macro propostas (Dugos, 1975; Oliveira *et al.*, 1979): uma que privilegiava a autodeterminação dos povos africanos numa espécie de federação que englobasse todos os territórios portugueses em pé de igualdade, e outra que defendia a imediata independência das colónias e a entrega do poder aos movimentos de libertação.

Num primeiro momento, o programa do MFA advogava o faseamento da descolonização. Todavia, esta perspectiva gradualista foi rapidamente substituída por uma no sentido de conferir a independência o mais rapidamente possível. Tal mudança deveu-se à pressão exercida pelos militares do MFA em Lisboa e nas colónias, pela comunidade internacional (pressão que se começou a sentir imediatamente a seguir à investidura de Spínola, Presidente da Junta de Salvação Nacional, como Presidente da República), e pelos movimentos de libertação que se recusavam a depor as armas. Neste contexto, a admissão do princípio da independência célere, através dos movimentos de libertação já reconhecidos pela OUA (Organização de Unidade Africana) e pela ONU, jogou aqui um papel de relevo (Ferreira, 1993). O acumular da pressão, tanto no plano interno como no plano externo, acabou por precipitar a transferência da soberania.⁴³

Contudo, o debate sobre a descolonização continuou aceso: enquanto nos meses seguintes o governo português tentava implicar a ONU no processo de descolonização como forma de a corresponsabilizar, as vozes predominantes do MFA consideravam que tal constituía uma ingerência na condução do

⁴² Foi o Movimento das Forças Armadas que levou a cabo o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 em Portugal, abolindo o regime colonial-fascista.

⁴³ Moçambique ascendeu à independência a 25 de junho e Angola a 11 de novembro de 1975.

processo. O MFA defendia, fundamentalmente, uma via de negociação direta com os movimentos de libertação, acabando, assim, por desempenhar um papel decisivo na definição dos interlocutores para negociar o cessar-fogo, a paz e a transferência de soberania. Como Aquino de Bragança acentuaria, a aliança entre os objetivos do MFA (acabar com ‘injustas e insustentáveis guerras, na chamada África Portuguesa’) e os movimentos de libertação (a independência sem ambiguidades), abriu caminho para ‘uma independência sem descolonização e sem a imposição de um regime neocolonial’ (1986: 9-10).

Foque-se, por instantes, a atenção no caso de Moçambique. Face ao avanço da guerra e à crescente desconfiança dos movimentos nacionalistas sobre a (im)possibilidade de ascender à independência através de negociação, a cisão entre o grupo dos colonos e o dos africanos foi aumentando, apostando estes últimos, crescentemente, na força da ação militar para alcançar a independência. Esta situação tornava urgente a tomada de medidas que tornassem possíveis a permanência da presença colona em Moçambique.

Neste sentido, um dos mais proeminentes industriais da Beira, Jorge Jardim,⁴⁴ avançou ainda em 1973 com uma proposta de autonomia para Moçambique. O documento secreto – o Programa de Lusaca, como ficou conhecido –, e que foi apresentado a Marcello Caetano em finais de 1973, contava com o acordo do então Presidente da Zâmbia, Keneth Kaunda.⁴⁵ O Programa realçava a necessidade de proteção dos milhares de brancos da África Austral, cuja presença era considerada como uma ‘realidade geográfica, histórica, social e cultural que terá tremenda influência no desenvolvimento humano nesta parte do mundo’. Indicando como fulcral ‘a segurança dos nacionais portugueses [...] através de um programa de integração nacional sob condições de harmonia racial e cooperação, sem conflito ou guerra’, era objetivo deste Programa o ‘estabelecimento de uma Comunidade Lusíada

⁴⁴ Jorge Jardim, ex-Secretário de Estado de Salazar, fixou-se em Moçambique nos anos de 1950, onde construiu um império económico, a partir do seu cargo de administrador de várias empresas do grupo Champalimaud. Detinha, ainda, interesses no Banco do Malawi e nas indústrias de cimento e papel da Suazilândia. Jardim gozava ainda de influência junto dos governos dos vizinhos Malawi e Zâmbia.

⁴⁵ O documento seguiu para Lisboa depois de obter a aprovação da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), principal movimento nacionalista em Moçambique, do COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique) e de opositores, não guerrilheiros, ao regime colonial (Entrevista de Mark Chona e Aquino de Bragança no *Expresso Revista*, de 3 de dezembro de 1976). Entrevistas realizadas em Moçambique, em 2011 e 2012.

compreendendo os antigos territórios portugueses incluindo o Brasil'. Preconizava-se, assim, uma associação 'na qual Portugal teria uma posição dominante'. Pondo em causa os pactos anteriores com a Rodésia e a África do Sul do *apartheid*, o Programa promovia o reforço da cooperação económica e cultural da Comunidade Lusíada sob coordenação de Portugal. Finalmente, estabelecia como critério central da política a prosseguir no pós-independência de Moçambique, que o

novo sistema político para os novos países independentes fosse capaz de assegurar a proteção para todos os moçambicanos e promover o seu bem-estar sem consideração de raça, cor, credo ou origem étnica. De particular importância para o governo Português é o futuro de uma grande população de origem portuguesa (Jardim, 1976: 384-400).

Entretanto, para a maioria da população branca de Moçambique, concentrada em espaços urbanos, a vida decorria com relativa normalidade até ao início de 1974,⁴⁶ mantendo-se o teatro de guerra uma questão longínqua. A população branca 'sabia que a guerra existia, mas não vivia no meio da guerra'.⁴⁷ Isto ajuda a explicar que a guerra, vista como distante pela maioria dos cidadãos, fez com que os colonos urbanos pensassem 'que a guerra era nossa [dos militares], e não era deles'.⁴⁸ Este ambiente de paz podre, que vinha sofrendo vários abalos, é estilhaçado definitivamente com a morte de um casal branco, em janeiro de 1974, nos arredores da Beira, a segunda maior cidade de Moçambique.⁴⁹ A insegurança alastrava e a cisão entre militares e colonos aumentou. Estes últimos punham em causa a presença dos militares, a quem acusavam de incapazes para sustentar a guerra e de proteger a população branca (Souto, 2007; Couto, 2011).

Ao trazer a violência da guerra para dentro do quotidiano do espaço urbano, o incidente da Beira mostrou que a guerra tinha passado para o sul de Moçambique. Com a guerra a disseminar-se para uma situação fora do controlo das Forças Armadas portuguesas, amplia-se a cisão entre a população civil e os

⁴⁶ Ver também Mesquitela, 1977.

⁴⁷ Depoimento do Coronel Pinto Ferreira nos *Estudos Gerais da Arrábida sobre a Descolonização Portuguesa*, no painel dedicado a Moçambique (29 de agosto de 1995). Disponível em <http://www.ahs-descolonizacao.ics.ul.pt/docs/>.

⁴⁸ Depoimentos do General Joaquim Miguel Duarte Silva, *ibidem*.

⁴⁹ A FRELIMO começou a ter maior poderio militar, com a introdução de mísseis terra-ar, a partir de janeiro de 1974.

militares. Para Aniceto Afonso, esta situação resultou, igualmente, do fato de o regime português privilegiar o silêncio sobre a guerra e de uma minoria branca participar desta.⁵⁰ Esta situação era bem distinta em Angola, onde ‘os luandenses tiveram a guerra à porta.’⁵¹

Após o 25 de Abril, a primeira proposta avançada pelo governo português quanto às independências das colónias preconizava a manutenção metamorfoseada do império, desta feita numa base federalista (opção defendida por Spínola).⁵² Tal proposta acabou por ser abandonada em prol da alternativa elaborada pelo governo de Palma Carlos, empossado após o golpe. Palma Carlos era partidário do princípio de autodeterminação através de consultas diretas às populações ultramarinas⁵³ (Ruas, s/d), onde se incluiria a opinião dos colonos. Ambos os projetos foram vistos, no contexto de Moçambique, por exemplo, como uma solução neocolonial para a guerra, e recusados pela FRELIMO.⁵⁴ Todavia, esta alternativa é cilindrada pelo curso dos acontecimentos: no início de junho, 107 militares em Moçambique assinavam uma exposição onde afirmavam ‘pelo conhecimento concreto da realidade, ser a Frelimo o único e indiscutível representante do Povo de Moçambique’ e onde declaravam pugnar pelo imediato reconhecimento do direito à independência do povo moçambicano e pelo fim da guerra. O rápido desenrolar dos fatos, como revela Almeida Santos, na altura ministro da Coordenação Interterritorial (‘um nome que, no fundo, disfarçava o que restava do antigo Ministério do Ultramar’),⁵⁵ e que coordenou a negociação da transição por parte de Portugal, fez com que a possibilidade de referendar as condições da independência fosse rapidamente posta de lado, a favor do direito à autodeterminação sob a liderança do movimento que liderava a luta armada contra a presença colonial, a FRELIMO.

⁵⁰ Depoimento do Tenente-coronel Aniceto Afonso, nos *Estudos Gerais da Arrábida sobre a Descolonização Portuguesa*, no painel dedicado a Moçambique (29 de agosto de 1995). Disponível em <http://www.ahs-descolonizacao.ics.ul.pt/docs/>.

⁵¹ Depoimentos do General Joaquim Miguel Duarte Silva, *idem*.

⁵² Veja o livro de Spínola, *Portugal e o Futuro*, publicado no início de 1974.

⁵³ Sublinhe-se a este propósito que que nos meandros do poder em Portugal, na altura, prevalecia a ideia de que a solução política para o Ultramar passaria por uma consulta às populações, com a qual ‘se procuraria que o Ultramar continuasse ligado a Portugal’ (Marques, 2010: 50).

⁵⁴ Face a esta posição de Portugal, a FRELIMO prosseguiu a luta armada (Moiane, 2009; Afonso e Gomes, 2010), até ao acordo de cessar-fogo de 7 de setembro de 1974.

⁵⁵ Entrevista realizada em abril de 2012.

Por seu turno, o estudo da situação angolana desvela, de modo similar, a presença de fortes divergências entre o MFA e segmentos mais conservadores das autoridades portuguesas que, inclusivamente, participavam da Junta de Salvação Nacional.⁵⁶ Tais divergências são exemplarmente visíveis nos conflitos entre as forças do MFA em Luanda e Silvério Marques, o último Governador de Angola, nomeado por Spínola. Para Silvério Marques, que chegou a Angola como Governador-geral em maio de 1974, a sua missão consistia na

preparação de eleições [...] e para encaminhar a preparação de um referendo sobre o destino político do País [...], referendo que eu admitia que, realizado com seriedade, seria favorável à concepção tradicional portuguesa de uma Pátria multirracial' (Marques, 2010: 53).⁵⁷

Aquando do 25 de Abril, o MFA, sob as ordens do Major Pezarat Correia, entra em Luanda. Segue-se um período de intensa turbulência, intensificada pelos profundos desacordos entre o MFA e Silvério Marques, sobretudo no que se refere ao futuro do território: seria este conforme a uma independência total à qual estaria associada uma necessária descolonização, ou conforme a ideais de autonomia e/ou descentralização (que permitiriam a continuação da presença e influência de Portugal sobre os territórios ultramarinos e a preservação da sua 'identidade pluricontinental')? De fato, para Silvério Marques, íntimo de Kaúlza de Arriaga e adepto da solução federalista de Spínola, o 'fim de Portugal Ultramarino [...] representou mais que transição, verdadeira ruptura, e o mais importante e desastroso acontecimento histórico', pois 'constitucionalmente as Províncias Ultramarinas não «eram de Portugal», mas sim «eram Portugal»' (2010: 43-44).

Silvério Marques esteve apenas 35 dias no cargo e sobre as suas relações com o MFA considera o seguinte:

O MFA de Angola, tinha resolvido sabotar a minha acção e, com o pretexto de que a responsabilidade do surto de subversão era [...] do Governador-Geral recém-

⁵⁶ Prevista pelo programa do MFA, a Junta era presidida, como referido, por Spínola. Foi instituída a 26 de abril de 1974 e vigorou até 1975. A 15 de maio, Spínola é designado como Presidente da República, exercendo o cargo até 28 de setembro do mesmo ano – altura em que renuncia ao mesmo.

⁵⁷ Relembrando, na busca de uma solução política para a questão colonial estas eleições incluíam a participação central da comunidade branca, colona, já que o objetivo político então era o de manter a ligação do espaço ultramarino africano a Portugal.

-chegado [...] procuraram branquear-se, fazendo uma reunião ‘à prec’ e pediram para Lisboa a sua substituição. [...] Simplesmente eu não fazia parte do MFA, nem da Junta [...] a minha obediência seria à orientação do Ministro da Coordenação Interterritorial e não aos rapazes do MFA de Angola. Fui para Angola para preparar eleições e organizar o referendo com que se pensava decidir o destino de Angola face à Pátria Portuguesa. E não aceitei ficar à trela da rapaziada do MFA que tive a sensação que só estava preparado para abandonar Angola, e deixá-la ao MPLA⁵⁸ (2010: 57).

A 25 de julho de 1974, chega a Luanda o Almirante Rosa Coutinho, integrando a Junta Governativa de Angola, órgão colegial de governo do território e, a 9 de agosto, é apresentado o primeiro programa de descolonização. O programa previa a formação de um governo provisório de coligação, após a assinatura de um cessar-fogo com os movimentos de libertação. Estes integrariam um gabinete juntamente com representantes dos grupos étnicos mais representativos e nos quais se incluía o grupo ‘dos brancos’, pretendendo-se com esta medida acalmar os receios da população branca. Em Angola, MPLA e FNLA rejeitam a proposta. Em Portugal, esta é bem acolhida, mas não recebe explícito compromisso dos setores mais conservadores nem do presidente da República, Spínola.

Entretanto, a 18 de setembro de 1974, cerca de 500 oficiais das Forças Armadas portuguesas reúnem-se em Luanda e reafirmam a necessidade da descolonização ser realizada através dos três movimentos de libertação,⁵⁹ por considerarem que o envolvimento destes na luta contra o poder colonial lhes conferia uma legitimidade revolucionária (Heimer, 1980). Mas a posição do MFA enfrenta as resistências dos colonos, bem como os projetos rivais defendidos por altos responsáveis portugueses que recusam a descolonização nos moldes propostos pelo movimento.

Simultaneamente, em Lisboa, Spínola pretendia encarregar-se pessoalmente do caso angolano. Na verdade, dias antes da reunião de Luanda, Spínola encontra-se com o presidente do Zaire, Mobutu, na Ilha do Sal, a 14 de setembro, para discutir temas como a questão de Cabinda e possíveis contactos

⁵⁸ MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, um dos principais movimentos nacionalistas.

⁵⁹ Além do já citado MPLA, lutavam ainda pela independência de Angola a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola e a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola.

com Holden Roberto, líder da FNLA, no sentido de se estabelecer um cessar-fogo no norte de Angola. O encontro foi secreto, não tendo sido informada nem a Junta Nacional de Salvação nem o governo Provisório. De acordo com Guerra (1988), baseado em entrevista a Rosa Coutinho, o acordo entre Spínola e Mobutu implicava o reconhecimento pelo Zaire da independência de Angola, desde que o poder fosse entregue à FNLA e a pequenos grupos políticos que representariam os colonos, e desde que Cabinda ficasse sob administração da FLEC⁶⁰ como protetorado comum de Angola e Zaire. O autor avança ainda com interpretações adicionais, segundo as quais o governo provisório de Luanda seria, no âmbito desse acordo, composto pela FNLA, UNITA e elementos brancos, estando ainda previsto um período de vinte anos para que sociedades económicas portuguesas e transnacionais prosseguissem as suas atividades.⁶¹

3. Nacionalismos brancos

A partir do contexto angolano, Fernando Pimenta discute precisamente o impacto das colónias de povoamento para a experiência colonial portuguesa. Relacionando a chegada de colonos europeus com a emergência de um nacionalismo económico (internamente diverso e com agendas descoincidentes) entre os colonos em Angola e os brancos angolanos, este autor aponta pistas que podem auxiliar na compreensão da complexidade dos processos identitários que as independências, a descolonização e o movimento dos *retornados* suscitaram, assim como das formas que assumiu o nacionalismo independentista branco (Pimenta, 2004: 5-6). De sublinhar que este nacionalismo de forte motivação económica traduzia as tensões entre as aspirações dos colonos e brancos angolanos e os desígnios da metrópole. Essas tensões participariam, por seu turno, na construção de uma diferenciação identitária em contraposição à metrópole, pela qual colonos e brancos angolanos – constitutivos de um pequeno núcleo de burguesia angolana –, elegiam como referencial primevo da sua identidade o espaço colonial.

⁶⁰ Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, movimento que luta pela libertação e independência do enclave.

⁶¹ *Diário de Luanda*, 21 de outubro de 1975. Spínola dedica-se à descolonização angolana, tendo criado, inclusivamente, a Comissão Nacional de Descolonização. A proposta de condução da descolonização por Spínola foi bem recebida pelas comunidades brancas, pela FNLA e pela UNITA. Medeiros Ferreira considera que esta tentativa foi ‘uma das últimas oportunidades para a representação política autónoma dos colonos portugueses no processo de independência de Angola’ (1993: 72).

Duas dimensões devem ser aqui salientadas. A sua discussão abre o olhar à complexidade dos projetos e posicionamentos dos ensejos independentistas por parte das populações colonas. Neste sentido, a questão do ‘nacionalismo branco’ não deverá, pois, ser vista como fenómeno e processo monolítico e internamente homogéneo.

A primeira dimensão decorre de fortes processos identitários e de identificação pelos quais a população de origem metropolitana, especialmente a nascida nos territórios ultramarinos, se via como ‘nacional’ desses mesmos territórios. Esse processo de identificação foi sendo duplamente reforçado: por um lado, pelo sentimento de os ‘seus’ territórios serem objetos de exploração por uma metrópole atrasada, incapaz e autoritária que cerceava o seu desenvolvimento; por outro, pelo sentimento de serem discriminados por uma metrópole que os tratava como ‘cidadãos de segunda’. Carvalho Filho dá-nos conta desta questão:

A inferiorização em relação ao colonizado não se dava apenas em relação àquele de pele negra, mas também até sobre o de epiderme branca, ou seja, em relação ao branco nascido em Angola. Os metropolitanos consideravam-se ‘branco de primeira’ e os brancos angolanos eram tidos como ‘branco de segunda’, distinção esta inscrita até no bilhete de identidade, pelo menos na passagem do século XIX ao XX. Brancos, como Pepetela, António Jacinto, Luandino e António Cardoso, sentiam-se exilados no seu próprio país como cidadãos de segunda classe. Testemunhava-se que os brancos nascidos em Angola que eram discriminados no acesso a determinados cargos públicos e ao exército. Os metropolitanos no Banco de Angola ganhavam mais que brancos nascidos na colónia mesmo que ocupassem cargos equivalentes, chegando mais rapidamente aos altos postos (s/d).

Todavia, a partilha dos agravos sentidos em relação à metrópole e das aspirações independentistas entre, por um lado, as populações brancas e, por outro lado, as populações africanas e movimentos de libertação, não deixava de ser problemática, dadas as profundas diferenças de inserção daquelas na sociedade colonial. Assim, as notícias sobre o 25 de Abril são acolhidas em Angola com entusiasmo, sendo a Revolução interpretada como o fim da exploração da província e a resposta a anseios independentistas quer da população branca, quer dos movimentos de libertação. No entanto, a consciência de fundo sobre as diferenças existentes entre os anseios independentistas da população branca que, identificando-se como angolana, deseja assegurar os privilégios detidos, e os ideais dos movimentos de libertação, produz uma significativa ambivalência daquela face à iminência da independência.

A literatura de memória que tem sido publicada nos últimos anos, permite um olhar mais pessoal sobre os conflitos que este processo produzia. Isabel Valadão, por exemplo, descreve a ambivalência de sentimentos e atitudes dos colonos portugueses e seus descendentes face às aspirações dos movimentos de libertação:

Muitos angolanos, de vários quadrantes sociais, tanto negros como brancos, simpatizavam ou estavam envolvidos nas causas dos movimentos de libertação. Desde há muito que corriam conversas sobre uma separação [...] de Angola em relação ao continente ou, até, à sua autodeterminação. [...] Muita gente, em Luanda, conhecia e dava-se com pessoas ligadas ao MPLA e, até mesmo, à FNLA ou à UNITA. [...] Mas, ao mesmo tempo, mantinham uma certa reserva por elas representarem as forças que lutavam contra o regime vigente, contra o colonialismo. Simpatizando ou não com a ‘luta de libertação’, ela era uma espada de dois gumes. Por um lado, representava aquilo que a maioria ambicionava para Angola – a separação da Metrópole, a independência. Por outro, antecipava-se que ela provocaria uma desestabilização do *modus vivendi* e das relações entre as pessoas. Adivinhavam-se guerras fratricidas e lutas de interesses políticos [...]. Por isso, os mais cautelosos acompanhavam com simpatia o desenvolvimento desses movimentos, mas mantendo-se prudentemente a uma certa distância (Valadão, 2012: 177-178).

De acordo com a autora, um dos movimentos que mais identificação gerou na população branca foi a chamada Revolta Ativa. Formalizada em maio de 1974, um mês depois do 25 de Abril, em Brazzaville, o movimento da Revolta Ativa criticava frontalmente a direção do MPLA pelo autoritarismo de Agostinho Neto e pela direção que o movimento impunha na luta armada contra o colonialismo.⁶² Valadão considera que a Revolta Ativa

viria, embora fugazmente, criar grandes expectativas em todos os angolanos brancos que receavam o fundamentalismo e as diretrizes profundamente racistas propaladas pelos seguidores de Neto (2012: 179).

⁶² Na realidade, menos de um mês depois da queda do regime em Portugal, e pese embora o reajustamento levado a cabo pelo MPLA para enquadrar as dissidências da Frente de Leste na forma da conhecida Revolta Chipenda, emerge dos velhos assimilados, na Frente Norte, uma facção organizada como grupo de reflexão, composta essencialmente por mestiços e brancos, que ficou conhecida como Revolta Ativa. A Revolta acaba por ser reprimida pelo MPLA (Mabeko-Tali, 2001).

Uma segunda dimensão relativa à questão dos nacionalismos brancos diz respeito aos projetos rivais de independência de Angola e Moçambique, destinados a assegurar, como observado anteriormente, o poder branco e a exploração capitalista dos territórios.

Segundo Guerra, só em junho de 1974 é que a estrutura da PIDE/DGS foi desmantelada em Moçambique e foi emitido mandato de captura contra Jorge Jardim – num momento em que as milícias deste ‘se movimentavam já no Centro do país’. O autor informa ainda que, até esse momento, Jardim

pôs em pé de guerra uma unidade de um milhar de homens, na sua maioria, desertores da FRELIMO. Em Lisboa, e em nome de Jorge Jardim, eram recrutados mercenários a 45 contos por mês (15 vezes o salário mínimo então criado) para combater a FRELIMO e no centro de Moçambique registavam-se as primeiras ações de sabotagem (1988: 77).

Ultrapassado pelo curso da história, Jardim tentaria, sem sucesso, várias manobras de aproximação à FRELIMO na tentativa de fazer singrar o seu projeto. Mas a situação política havia mudado radicalmente e na cena política moçambicana emergem, após o 25 de Abril, uma multitude de atores (cerca de 45 grupos, organizações e partidos).⁶³ Estes atores representavam tanto opções políticas de esquerda (como os Democratas de Moçambique), como de extrema-direita (como os Dragões da Morte). Incluía tanto apelos à raiz africana (caso do GUMO, UNIPOMO, COREMO, entre outros), como movimentos de colonos brancos (Federalistas, Convergência Democrática, FICO, etc.). No seu conjunto, refletiam uma grande diversidade política, prenúncio de uma luta cerrada pelo poder, na qual participavam grupos de interesses económicos e na qual estavam envolvidos importantes apoios regionais.

⁶³ Entre maio e setembro de 1974 surgem ou estabelecem-se em Moçambique o FUMO – Frente Unida Democrática de Moçambique, o FRECOMO – Frente Comum de Moçambique, o GUMO – Grupo Unido de Moçambique, o MML – Movimento Moçambique Livre, o MONAUMO – Movimento Nacionalista Africano de União de Moçambique, o MONIPAMO – Movimento Nacional para a Independência dos Povos de Moçambique, o FICO – Ficar Convivendo, a Convergência Nacional, o COREMO – Comité Revolucionário de Moçambique, o FNI – Frente Nacional Integracionista de Moçambique, o PCN – Partido de Coligação Nacional, o UNIPOMO – União dos Povos de Moçambique, a AMA – Ação Moçambicana Armada, o PRUMO – Progresso Unido de Moçambique, os Dragões da Morte, etc.

A instabilidade política aumentava à medida que avançavam as negociações com a FRELIMO. O grupo de portugueses brancos, menos esclarecidos, e insistindo na defesa de um Moçambique conforme aos ideais de ‘portugali-dade’, iria envolver-se numa situação extrema – o 7 de Setembro. Os aconteci-mentos de Lourenço Marques de 7 de Setembro constituíram sumariamente uma forma de protesto contra a transferência unilateral do poder para a FRELIMO, por parte de um grupo de colonos brancos que se sentiu excluído e ultrapassado pelo processo político (Saavedra, 1975): a sua posição, enquanto terceira força, não era ouvida, e a instabilidade e insegurança aumentavam com as pilhagens e roubos que ocorriam um pouco por toda a parte, numa altura em que as forças de defesa e segurança portuguesas atuavam, essencialmente, em ações de autodefesa e de proteção da população civil (Oliveira, 1978).⁶⁴ Politicamente, o 7 de Setembro, que ficou conhecido como o Movimento Moçambique Livre (MML), refletiu o agregar dos interesses de vários agru-pamentos, como o grupo FICO,⁶⁵ a Convergência⁶⁶ e ex-comandos agrupados nos ‘Dragões da Morte’, aos quais se juntaram alguns negros que se opunham à FRELIMO. O caráter neocolonial do movimento era manifesto, quer nos pronunciamentos políticos, quer nos símbolos usados durante o levantamento, como o fato de se exibir a bandeira de Portugal.

Durante 4 dias, e explorando sentimentalismos patrióticos, o MML, apoiado indiretamente pelos interesses económicos ligados a Moçambique, acionou a revolta da população branca, especialmente em Lourenço Marques:⁶⁷ uma massa importante de colonos ocupou o Rádio Clube de Moçambique e o aeroporto. Libertaram uma centena de agentes e graduados da PIDE/DGS que se encontravam detidos em cadeias, tendo grande parte deles rumado à África do Sul, onde tinha sido criado um posto de acolhimento para os receber. Milícias brancas circulavam pelos subúrbios da cidade, ameaçando e matando civis negros, identificados como membros da FRELIMO.⁶⁸ Os confrontos eram

⁶⁴ Os Acordos de Lusaca estabeleceram as condições do cessar-fogo entre as duas frentes, bem como as condições da transição para a independência de Moçambique.

⁶⁵ Que agregava essencialmente a pequena burguesia colona, branca.

⁶⁶ Que representava os interesses da burguesia colonial capitalista.

⁶⁷ Sucederam-se várias tentativas de levantamento pelo país, mas a única que conheceu algum sucesso, face à presença das Forças Armadas, aconteceu em Lourenço Marques.

⁶⁸ Como refere Norrie MacQueen (1997: 45), aos olhos de muitos portugueses politicamente pouco esclarecidos, a FRELIMO representava, sobretudo, um grupo terrorista e desorganizado, cuja ação se circunscrevia a zonas remotas do norte de Moçambique.

inevitáveis, com brancos a disparar contra civis negros; noutras zonas da cidade os negros retaliaram com paus e catanas.⁶⁹

Como vários militares portugueses então presentes em Moçambique referiram,⁷⁰ a sobrevivência efémera do Movimento Moçambique Livre deveu-se a vários fatores: centrou-se nas duas maiores cidades, onde vivia parte importante da população branca (Lourenço Marques e Beira); atuou num cenário de crise de autoridade, caracterizado pela ausência de um dispositivo militar adequado às relações de força em presença e, finalmente, à indecisão dos altos comandos militares em exercício (como aconteceu, por exemplo, em Nampula). Convém, igualmente, referir que, apesar dos insistentes apelos dos integrantes do MML, quer a África do Sul quer a Rodésia mantiveram-se à distância. No seu conjunto, estes fatores votaram o movimento ao fracasso. Para um participante do 7 de Setembro, esta derrota significou ‘o sonho desfeito de um Moçambique que tínhamos idealizado com base no modelo rodesiano, aliado do Ocidente’. O fim do MML simbolizou para os seus membros ‘o ruir de todas as últimas esperanças, a inimaginável matança, a selvajaria completa, brutal inesperada’ (Castilho, 2002: 474). E, nas palavras de um colono, foi ‘o dia em que morreu Moçambique plurirracial’.⁷¹

Após 4 dias de revolta, a tropa portuguesa ‘libertou’ o aeroporto e o Rádio Clube, restaurando a ordem com apoio das tropas da FRELIMO que, entretanto, foram chegando a Lourenço Marques na sequência dos Acordos. A 20 de setembro, Joaquim Chissano, por parte da FRELIMO, assumiu o cargo de chefe do Governo de Transição, conduzindo, em conjunto com representantes portugueses,⁷² Moçambique à independência, em junho de 1975.

Quanto a Angola, o panorama político não era muito diferente. Na primeira metade de 1974 havia no território a UNA – União Nacional Angolana, o PCDA – Partido Cristão Democrata de Angola, a FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, a FUA – Frente Unida de Angola, o ESINA – Exército Secreto de Intervenção Nacional de Angola, o MOPUA – Movimento Popular

⁶⁹ Segundo números oficiais, nos dias que se seguiram morreram 82 pessoas e registaram-se 472 feridos. As pilhagens que se sucederam, um pouco por todo o Moçambique, na sequência dos acontecimentos de 7 de Setembro de 1974, paralisaram inúmeras atividades económicas, tendo um profundo impacto negativo na economia local (Oliveira, 1978).

⁷⁰ Entrevistas realizadas em 2011 e 2012.

⁷¹ Entrevistas realizadas em 2011.

⁷² Um terço do governo era constituído por portugueses, sendo liderado por um Alto-comissário indigitado por Portugal – Vítor Crespo.

de Unidade Angolana, a Associação Cívica Pró-Angola e a Frente Nacionalista. A estes, há que acrescentar a FRA – Frente de Resistência Angolana, criada a 19 de julho de 1974, por iniciativa de Nuno Cardoso da Silva, secretário de Silvério Marques, entre outros.⁷³

Embora longo, o testemunho de Carvalho Filho é esclarecedor quanto aos objetivos da FRA:

Uma solução rodesiana para independência foi dificultada, já que os colonos brancos sempre sofreram, por parte do Estado Salazarista, um forte cerceamento às suas ações políticas fora dos seus ditames ditatoriais que impediam anseios emancipacionistas mesmo que sob o controle de uma minoria branca. Entretanto, este sonho não foi totalmente descartado, já que por volta de 1974, a proposta então elaborada por ‘reacionários brancos’, ou seja, de uma descolonização nos moldes racista e capitalista era condenada pela maioria dos nacionalistas angolanos. [...] Ela supunha ‘um desenvolvimento capitalista acelerado da sociedade central’ colonial, numa ‘interação assimétrica’ com as sociedades nativas tradicionais, levando-as a ‘uma regressão/decomposição’. Esta proposta supunha, pelo menos durante um período considerável, a garantia de mão-de-obra negra barata para numerosas empresas com baixa rentabilidade, facilitando a expansão das plantações e das empresas pecuaristas. Isto seria garantido pela ‘reintrodução de uma discriminação racial legal’, tal como um Estatuto do Indígenato modificado. Para os ‘brancos pobres’, a proposta implicava o restabelecimento de privilégios legais, na competição pelos empregos mais interessantes... em relação à grande maioria dos africanos. Para manter sem dificuldades esta superexploração das massas africanas e a consequente posição socioeconómica privilegiada dos brancos, seria necessário que o poder estivesse, não nas mãos de uma burguesia racialmente mista, mas sim monopolizado pelos brancos. Deduzia-se como natural uma integração da política internacional de Angola com a política do apartheid sul-africano. [...] Os proponentes deste tipo de descolonização em 1974 preparavam exércitos secretos. Um deles era popularmente designado, em cópia brasileira, por ‘esquadrão da morte’ Entretanto, além deste havia outras organizações similares atuando na clandestinidade. Eram especializados em distribuir ‘panfletos... a brancos’, incitando-os ‘a atirar ao negro’, não perdendo

⁷³ Veja-se Cruz, 1976. Segundo Guerra (1988), a FRA tinha por ideólogos Fernando Pacheco Amorim e Francisco Roseira e era apoiada pelo último governador da Guiné, General Bettencourt Rodrigues, pelo Major Mariz Fernandes, membro da facção spinolista do MFA, e por Silvério Marques.

balas. As siglas que abaixo-assinavam estes panfletos eram o ESINA (Exército Secreto de Intervenção Nacional de Angola) e a FRA (Frente de Resistência Angolana). Na verdade, seria imprudente considerar estas duas organizações, ou outras existentes, como grupos separados: eram apenas cabeças de uma mesma hidra reacionária (s/d).⁷⁴

João Paulo Guerra refere também que

em Luanda, a FRA mantinha contactos com agrupamentos políticos fantoches, criados em Angola e promovidos por inspiração do general Spínola no âmbito do seu projeto federalista, como o Partido Cristão Democrata de Angola – PCDA, e a União Nacional de Angola – UNA (1988: 75).

De modo similar às tentativas de desestabilização orquestradas em Moçambique, a FRA preparou um golpe de Estado que foi desmantelado pelo MFA a 23 de outubro.⁷⁵

Entretanto, em Portugal, com o falhanço do 28 de Setembro,⁷⁶ multiplicam-se os grupos terroristas e nacionalistas, dos quais se destaca o ELP – Exército de Libertação de Portugal, o qual mantinha relações com a CIA,⁷⁷ Rodésia, África do Sul, grupos económicos e Jorge Jardim (Guerra, 1988). À organização juntou-se ainda o MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal, criado por Spínola. No Verão Quente de 1974, surge ainda o CODECO – Comandos Operacionais para a Defesa da Civilização Ocidental.

⁷⁴ A FRA era composta por civis da Organização Provincial de Voluntários da Defesa Civil, por militares e paramilitares das Tropas Especiais, dos Flechas, do Serviço de Centralização e Coordenação das Informações de Angola e da 2ª Repartição (de Informações) do Estado-Maior. Disponha da rede de transmissão da PIDE/DGS e mantinha contactos com a África do Sul, através do Coronel Santos e Castro e de Pinto Ferreira, graduado da PIDE que trabalhava com a polícia secreta da África do Sul (veja-se *Diário de Luanda*, edição de 17 de novembro de 1975).

⁷⁵ Face ao fracasso do golpe, os envolvidos refugiaram-se na África do Sul. Depois dos Acordos de Alvor, terão regressado como quadros da UNITA e da FNLA, mantendo ligações à África do Sul, e aos grupos económicos Champalimaud, Espírito Santo e Borges. Integrando grupos de mercenários, contribuíram para a desestabilização do país (Guerra, 1988).

⁷⁶ Após a independência da Guiné e do fracasso da rebelião dos colonialistas em Moçambique, é decidida, a 9 de setembro, a realização de uma manifestação a 28 daquele mês. A organização terá sido promovida pelo Partido Liberal e financiada pelo Grupo Espírito Santo (Guerra, 1988). O 28 de setembro precipita, no entanto, a demissão de Spínola, formalizada a 30 do mesmo mês, e a sua substituição por Costa Gomes.

⁷⁷ Central Intelligence Agency.

A emergência dos grupos de nacionalismo branco com aspirações independentistas participaria no objetivo de construir uma ‘Terceira África’⁷⁸ – plano promovido por África do Sul e apresentado a Angola, Moçambique, Rodésia, Malawi, Botswana, Lesoto, Suazilândia e Zâmbia. O plano visava assegurar o *apartheid* e alargar os mercados. Amílcar Cabral e Marc Olivier discutem,

a associação cada vez maior entre Portugal e a África do Sul, e que tem levado ao aumento da imigração branca para Angola e Moçambique, estando na origem da criação de indústrias ligeiras dedicadas à produção de bens de consumo ou do processamento inicial de matérias-primas, deve ser vista como parte de uma tentativa para reforçar o ‘poder branco’ a uma escala continental. [...] Há, pois, um desígnio mais amplo e mais fundamental que é o de estabelecer uma verdadeira linha de defesa à presença imperialista e dos seus interesses na África austral, a partir do reforço do *apartheid* e de um Estado dirigido por brancos, por um lado, e, por outro, na crescente exploração dos recursos naturais e da força de trabalho africana (1975: 119).

Como mencionado anteriormente, estes projetos neocoloniais são indissociáveis dos propósitos de assegurar a exploração capitalista dos territórios. Na prossecução destes objetivos, desempenhavam um papel de relevo não só as potências coloniais da região, mas também os interesses do capital do Ocidente. De fato, em Moçambique, os EUA tinham projetos para fazer de Nacala um porto de abrigo para a sua 7^a Esquadra, assegurando, desse modo, o controlo das rotas do Índico. A Gulf Oil detinha também, desde 1948, uma concessão para prospeção de petróleo e gás natural ao largo da costa moçambicana. Durante os anos 60, vários consórcios instalaram-se no território (como, por exemplo, a Hurst International e a Oppenheimer/Elf). Em Angola, na década de 1960, a Gulf Oil Company iniciou exploração de petróleo em Cabinda, a Companhia Francesa de Petróleos e a TEXACO associaram-se à Petrangol para formar a Angol, a KRUPP investiu na exploração de ferro em Cassinga e a De Beers, a Anglo-American Coporation of South Africa, a Oppenheimer e outros grupos americanos e belgas começaram a investir no setor diamantífero. Tudo isto vem a demonstrar que o suposto isolamento político e diplomático a que Portugal aludia, num suposto espírito sacrificial, vinha sendo acompanhado, na verdade, por fortes investimentos de capital estrangeiro.

⁷⁸ Veja-se Rhodie, 1968.

Por fim, há que assinalar como a própria estratégia de africanização da guerra colonial portuguesa se revelou de utilidade para estes projetos neocoloniais (Coelho, 2002). Para Kaulza de Arriaga, por exemplo, a africanização da guerra em Moçambique era um dos elementos estratégicos para

erguer no sul do continente africano um ‘poder branco’, de acordo com a sua própria ambição pessoal de vir a ser ‘o general comandante do mapa cor-de-rosa’ (Guerra, 1988: 60, citando entrevista realizada a Mário Tomé).

Refira-se também, a este propósito, que o já mencionado ELP participou na formação de dois batalhões para combater ao lado da FNLA e da UNITA; organizou igualmente contingentes de mercenários para participarem na coluna ZULU do exército sul-africano na invasão a Angola, e para lutarem em Kifangondo. Óscar Cardoso,⁷⁹ por seu turno, manteve sempre contactos estreitos com os serviços secretos rodesianos e sul-africanos. Foi ele o organizador dos agrupamentos de tropas especiais ‘Flechas’. Preso aquando do golpe de Abril, foi libertado a 25 de novembro de 1974, radicando-se então na África do Sul. Aí ocupa, em 1982, sob a identidade de Eugénio Castro, o posto de coronel das South African Defense Forces – SADF –, tendo chefiado os comandos do Batalhão Buffalo que enquadravam as forças da UNITA no norte da Namíbia (Goulão, 1986; Guerra, 1988). Também o modelo de intervenção dos Flechas serviu de inspiração a Ken Flower, chefe dos serviços secretos rodesianos (Flower, 1987).

Por outro lado, em 1975, ainda antes da celebração da independência, os comandos, criados em Angola em 1962, enquadrados por oficiais superiores portugueses, colaboravam intimamente com as tropas da FNLA, apoiadas pelo Zaire e pelos EUA, no combate contra o MPLA. Nogueira e Castro, um dos comandos destas companhias, explica o seu envolvimento nas campanhas da FNLA em maio de 1975:

Com longa experiência no campo de informações relacionadas com assuntos militares e guerra de guerrilha, íamos assessorar serviços da FNLA, no campo informativo e militar. Éramos todos voluntários e havíamos sido contactados anteriormente por elementos responsáveis da FNLA.[...] Íamos não a mando, mas com conhecimento dos oficiais mais próximos com quem trabalhávamos. Especulou-se que por detrás da FNLA estaria a CIA, com quem viria a haver

⁷⁹ Inspetor da PIDE/DGS. Esteve na origem dos ‘Flechas’, tropas preparadas e subordinadas à PIDE em Angola e, depois, em Moçambique.

contactos posteriormente. [...] Forças militares cubanas armadas e municadas pela União Soviética, actuavam já dentro do território Angolano. No Ambriz se instalariam igualmente as bases da FNLA, compostas por efectivos e chefias deste movimento. Viriam a ser apoiados por um Batalhão de Pára-Comandos de Mobutu (pouco actuantes devido à desmotivação), e por Comandos Portugueses num total de cerca de 70 homens, chefiados pelo Tenente-coronel Santos e Castro e Major Alves Cardoso um velho amigo parceiro doutras guerras, e um dos homens mais condecorados do Exército Português [...] Os Comandos, com os quais colaboro, são de origem angolana e de Moçambique, tendo sido recrutados e seleccionados por Alves Cardoso, que previamente me contactara para providenciar a sua instalação no Ambriz. Estes homens constituirão sempre a ponta de lança nos violentos combates com as forças adversárias bem melhor apetrechadas, sobretudo no que diz respeito a armamento bélico (Castro, 2004: s/p).

4. Retornos?

Entre maio de 1974 e novembro de 1975 terão saído de Angola para Portugal mais de 300 mil pessoas. De Moçambique sairiam, com destino a Portugal, cerca de 160 mil pessoas (Pena Pires *et al.*, 1987). Estes dados sugerem que parte dos ‘não africanos’ não retornaram, pelo menos de imediato, a Portugal, tendo saído para outros destinos, como a África do Sul, Rodésia, Índia, Brasil, Paquistão, Venezuela, etc. (Rita-Ferreira, 1998; Lubkemann, 2003). A este número, deve-se acrescentar ainda cerca de 100 500 militares que regressaram, em cerca de um ano, a Portugal, um país que contava então com dez milhões de habitantes e que era conhecido por ser um país de emigração (Baganha e Góis, 1998).

Associado ao final do império, o tema do ‘retorno’ tem vindo a conhecer crescente interesse. Vários dos textos consultados convergem para um ponto fulcral: a dimensão temporal do ‘retorno’ entre meados de 1974 e 1976. Isto não quer dizer que o fluxo de migração das ex-colónias em direção à metrópole não continuaria a fazer-se sentir em 1976-77, como pode ser observado no caso de Moçambique. De fato, fruto dos acordos políticos assinados,⁸⁰ procurou-se

⁸⁰ Acordos de Lusaca, para o caso de Moçambique, e do Alvor, para o caso de Angola. Em ambos se preconizava a saída gradual do corpo técnico-administrativo e científico português destes territórios, como forma de procurar suprir as deficiências que resultariam de uma rápida transição de poder. Todavia, embora distintos entre si, o processo não conheceu nos dois casos o melhor desempenho. No caso de Moçambique, são inúmeros os apelos à permanência destes quadros, mas o fluxo manteve-se, especialmente depois dos acontecimentos de 7 de Setembro e 21 de outubro (MacQueen, 1997 e Minter, 1998b).

assegurar uma transição amena, embora com pouco sucesso. No cômputo geral, o retorno acelerado, fruto de convulsões políticas e confrontos militares,⁸¹ resultou no fato de Portugal continental ver a sua população aumentar em cerca de 1/5 num período de 2-3 anos.

De acordo com dados disponibilizados pelo INE, dos 505 078 *retornados* que tinham vivido nas colónias africanas antes de 1975, 298 968 eram originários de Portugal, ou seja, cerca de 60%. Os restantes (206 110) eram portugueses já nascidos nas então províncias ultramarinas. Para estes, a descolonização terá implicado mais uma ‘partida’ do que um ‘retorno’. Do total dos *retornados*, 65,5% tinham menos de 40 anos e 29,8% encontravam-se na faixa etária entre os 40 e os 64 anos. 52,74% eram homens e 47,26% eram mulheres. 48,4% possuíam apenas a instrução primária, enquanto que 6,5% eram não alfabetizados (percentagem constituída quase exclusivamente por crianças com menos de 10 anos). É de salientar que 8,5% eram detentores de cursos superiores e que mais de 30% possuíam cursos médios, secundários e profissionais (Pires *et al.*, 1987; Rita-Ferreira, 1998).

Para além do problema dos números, há que discutir o conceito de *retornado* e a forma como este foi politicamente produzido e negociado. Na realidade, o conceito de *retornado* nunca chegou a conhecer um consenso estável. O presidente do IARN – Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais,⁸² o Major Cardoso Amaral, considerava o seguinte a este respeito:

Quem é o Retornado? É preciso definir quem é retornado. Se a definição for até uma certa data, ou a partir de uma certa data, nós temos um número; se ela continua por outras datas, nós temos outros números. [...] [O] Governo vai ter de tomar uma posição em relação às pessoas que só vieram em Dezembro [1975], e que alteraram muito os números, pois as pessoas ficaram lá porque quiseram. Agora, é preciso definir se são retornados ou não, pois se ficaram lá é porque aceitaram a situação. É certo que são retornados, não há qualquer problema com isso, simplesmente alteraram os números, e atrasou-se o trabalho.⁸³

O conceito de *retornado*, assim como os estereótipos que foram sendo constituídos, não permitem aceder à complexidade das construções e processos

⁸¹ Especialmente no caso de Angola.

⁸² Criado pelo Decreto-Lei n.º 169/75 de 31 de março e extinto pelo Decreto-Lei n.º 97/81, de 2 de maio.

⁸³ Entrevista realizada por Arthur Ligne ao Major Cardoso Amaral, último diretor do IARN, publicada no jornal *O Retornado*, em 1977.

identitários de quem regressou, ou partiu, para Portugal – construções e processos estes marcados por fortes ambivalências, limbos e sentimentos de nostalgia e ressentimento. São, portanto, as polissemias identitárias que podem ser identificadas a partir dos testemunhos e das memórias dos chamados *retornados*. De fato, uma leitura comparada da literatura de memória produzida por estes, pese embora a sua heterogeneidade, permite identificar algumas tematizações em comum. Destas, dar-se-á especial atenção ao sentimento de nostalgia, não só por ser transversal no material em escrutínio, como também pela relação que esse sentimento estabelece com um imaginário específico de cariz colonial sobre África.

A preponderância destes sentimentos prende-se, por seu turno, com o processo de construção da identidade portuguesa contemporânea, o qual continua a estar assente numa matriz associada às referências imperiais. A memória pública do Império, descrito por Boaventura de Sousa Santos como fruto da imaginação do centro metropolitano (2001), permanece refém de um projeto português predominantemente celebratório. Mas esta memória, pública e consagrada na historiografia oficial nacional portuguesa, colide com outras memórias, individuais e coletivas, que refletem trajetos e experiências dissonantes. De fato, a versão ‘oficial’ da história empolga a narrativa dos descobrimentos, base da construção do império, assegurando-se, assim, a perpetuação da referência do império como foco central do processo identitário português, processo este que é promovido como peça fundamental do ampliar de trocas culturais e de diálogos civilizacionais. Porque esta representação se tem produzido ativamente, e a vários níveis, como peça fundamental do processo identitário português, não cabem nela os problemas e conflitos associados a processos de rutura, como o foram as lutas pelas independências, seja em contexto latino-americano, asiático ou africano. Assim se explicam os silêncios e omissões sobre partidas, fugas e retornos gerados por tais processos fraturantes. Sobre estas omissões, Benjamim Stora referia que

as sociedades acumulam silêncios para que todos os cidadãos prossigam a sua vida em conjunto. É somente depois que as memórias dolorosas retornam à superfície. E então, às vezes, conflitos começam (2008: 7).

Um desses silêncios diz respeito à situação dos migrantes colonos que regressavam, na generalidade dos casos, a coberto de um manto de ingloria, a uma metrópole que não conheciam. Na leitura e análise comparada da literatura de memória, o que sobressai é o fato da normatividade da atribuição do

rótulo de *retornado* ser algo contestado, sendo dada preferência à classificação de ‘refugiado’. Veja-se o seguinte excerto:

Foi num 10 de Junho do ano de 1975 (Dia da Raça ou de Camões, como queiram), data em que pisaram, pela primeira vez, a terra portuguesa [...]. A Capitania recolheu os refugiados. Foi então que ouviram a nova palavra Retornado, escrita numa guia, passada pelas autoridades, para se apresentarem em Lisboa no IARN [...] **Sou refugiado e não Retornado** dizia-lhe o Malaquias, bastante aborrecido! Nem sou de cá! Não nasci em Portugal! Sou de Angola, de Lobito! Refugiado e funcionário de Portugal, SIM... (Gominho, 2006: s/p. Ênfase do autor).

Saliente-se que na auto-descrição de ‘refugiado’, o que está implícito não é a ideia de regresso, mas a experiência problemática da partida. Descrito como momento de partida, estas narrativas e testemunhos retratam a descolonização como sendo geradora de uma espécie de amputação, o que expressa de modo eloquente a violência da desestruturação identitária vivida. O conceito de *retornado* parece, assim, iludir as experiências de quem dessa forma foi classificado e a procura de outras designações – ‘deslocados do Ultramar’, ‘desalojados’, ‘espoliados’ –, embora refletisse diferentes sensibilidades e experiências da descolonização, não amainou nem a luta por pertenças sociais díspares, nem a luta pelas definições identitárias.

Essa contestação era também dirigida a outros níveis identitários que o classificativo de *retornado* englobava de modo acrítico e universalizante. É o caso da disjunção entre colono e colonialista, retomando o refrão da colonização enquanto fardo do ‘Homem Branco’, o promotor por excelência do progresso e do desenvolvimento. Esta disjunção entre colono (portador de civilização) e colonialista (agente de opressão), é comum entre as memórias e as narrativas dos *retornados* e é uma disjunção sintomática daquilo a que Pratt (2008) denomina de sentimento ‘anticonquista’, no qual proliferam estratégias de representação, através das quais os sujeitos europeus procuram assegurar a sua inocência no momento em que afirmam a sua hegemonia. Trata-se de memórias que expressam ambivalência identitária e sentimentos de nostalgia e ressentimento, e em que é comum o recuperar acrítico da ideia deste ‘colono’ como agente civilizacional, vivendo em harmonia com a população nativa, africana:

[...] se não tivesse havido colonização, com esta nossa gente, capaz dos maiores sacrifícios e de enfrentar os maiores perigos, para alcançar os objectivos, não teria havido estradas, nem portos, nem escolas, nem hospitais, nem desenvolvimento,

nem progresso, e os nativos continuariam a viver no paleolítico... Seriam ainda uns glabros trogloditas. E se a colonização não tivesse sido realizada por portugueses, outros a teriam realizado. Mas não teriam feito nem mais nem melhor que nós! Por isso não posso deixar de declarar, sem receio, e sem complexos, de que me considere de algum modo um colonizador, no melhor sentido da palavra, tendo dado pelo meu trabalho e a minha acção, a minha restrita quota-parte de cultura e civilização a quem dela precisava. E muitos outros deram muito mais. E por isso repudio veementemente o rótulo de colonialista, no mau sentido da insidiosa propaganda da esquerda (Caveiro, 1998: s/p).

Para além da sua função legitimadora, a ideia de missão civilizacional, que ainda perdura em várias interpretações de cariz paternal e luso-tropicalista, integra-se numa visão em que o africano permanece refém do seu primitivismo, do seu atraso. E nessa visão, é-lhe recusada inclusivamente a autoria plena dos seus anseios e projetos nacionalistas. Assim, os nacionalismos africanos são mormente interpretados como ficções manipuladas pela oposição crescente, nomeadamente internacional, à presença colonial portuguesa:

Para que isto se compreenda, deve dizer-se, num breve olhar ao passado, que naquela época, era muito forte e intensa a agitação política e a propaganda internacional de esquerda, ou de extrema-esquerda, usando palavras-chave, frases e estribilhos, como 'libertação', 'colonialismo', 'anti-colonialismo', 'anti-exploração', e outras, que impressionavam vivamente muitas pessoas e eram formadoras de uma opinião pública internacional contra Portugal, único país ainda possuidor de colónias em África. [...] E na mesma linha outros slogans como os conceitos teóricos e abstratos, como o direito à autodeterminação e independência de todos os povos, por oposição a colonialismo e exploração, associando a situação de uma suposta 'opressão' a uma ideia subjacente de antiga instituição da escravatura. Ou ainda manifestações racistas como... 'a África para os africanos' ... ou de uma forma mais grosseira ... 'a África para os pretos'... [...] E sem ninguém querer saber nada sobre os interesses, a conveniência ou a vontade das populações, quer dos indígenas, os pretos, os colonizados, quer dos residentes imigrados, os colonizadores, em geral brancos, ou, ao menos, saber se as populações nativas tinham, só por si, e com exclusão dos colonizadores, condições para se auto-governarem, ou autodeterminarem, e serem só por si livres e senhores dos seus próprios destinos. [...] E não tinham, como hoje mesmo se comprova. [...] E foi nessa linha, que vieram depois os pretensos movimentos nacionalistas em África, nas nossas colónias. Mas que

de nacionalistas não tinham nada. Por um lado não existia nacionalismo algum. Os territórios, ou colónias, eram então e serão ainda por muito tempo, largos espaços habitados por populações distribuídas por diversas tribos, raças, ou etnias, subdivisões dentro da raça negra. Em geral, e quando vizinhos, inimigos uns dos outros, ou no mínimo rivais. [...] Mais invenção interessera que ficção (Caveiro, 1998: s/p).

A temática das memórias desempenha aqui, portanto, um papel central. Explorar esta nostalgia colonial permite aceder à complexidade paradoxal e ambivalente da experiência colonial, tal como o fez Rosaldo (1989a, 1989b). Ele expressa, por um lado, ‘pena’ e ‘culpa’ pela destruição e pela violência da missão colonial. Mas expressa também a atualidade da construção de uma posição e desejo ‘inocente’ e ‘benévolo’ que faz esquecer a cumplicidade e a participação na violência colonial, que produz a desresponsabilização e que é alimentada pela liberdade experimentada no espaço colonial. A relevância de tal nostalgia assenta claramente no seu poder de reconstituição de um olhar imperial. Por outro lado, enquanto prática de memória, ela designa também, no caso em apreço, um espaço de questionamento das experiências da descolonização. Para Almeida Santos, é impossível apagar os traumas gerados pela história.

No momento da descolonização, havia dois traumas. Do lado de África, havia o trauma do ressentimento da era colonial. Houve escravatura, houve trabalho forçado, houve tudo isso, e isso criou um fundo de ressentimento, e esse fundo de ressentimento ainda existe. Nós ainda somos o indivíduo que fez isso. Mas depois os nossos retornados acabaram por ter que se vir embora, perderem os bens, os empregos, afectividades, relações, sonhos, esperanças... e vieram sem nada, com as mãos vazias. Não queria que da parte dessa gente, dos familiares deles, dos amigos deles, não houvesse também um fundo de ressentimento contra a África? É evidente que há um duplo ressentimento, que não é fácil de superar.⁸⁴

No contexto revolucionário do pós-25 de Abril, a identidade do *retornado* é politicamente essencializada no português branco que esteve no Ultramar ou de lá é natural, mas com clara e comprovada ascendência portuguesa originária.

⁸⁴ Entrevista dada ao *Diário de Notícias*, publicada na edição de 19 de outubro de 2005.

Entre 1961 e 1974, a retórica segundo a qual ‘somos todos portugueses’ ocultou, pois, dinâmicas complexas de identidade. Sobretudo a partir de 1974, os *retornados*, são confrontados com o fato de serem de um outro espaço que não Portugal continental (os espaços das ex-colônias) e de serem repelidos por esses mesmos espaços, por não se terem construído em negociação com ele, mas sobre ele. As pertenças identitárias que se foram forjando dificilmente encontravam eco nas práticas classificatórias dominantes. Os slogans que o 25 de Abril trouxe consigo – ‘Nem mais um soldado para África!’, ‘Portugal para os portugueses. África para os africanos!’ –, dão conta plenamente desta essencialização e do profundo desconhecimento político da complexidade do contexto colonial africano, as quais se refletiam nas práticas administrativas e burocráticas da política de acolhimento e integração dos *retornados*.

É o caso das chamadas ‘Provas de identidade’. O Decreto-Lei nº 385-A/75, por exemplo, obrigava todos os funcionários que quisessem entrar para o Quadro Geral dos Adidos à prova da nacionalidade portuguesa. Essa prova era feita através da exibição da fotocópia do Bilhete de Identidade e, para se obter este documento, era necessário um registo na Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa, pois só aqueles que tivessem ascendência portuguesa (pais, avós ou bisavós) podiam fazê-lo:

O Malaquias ‘albardou o burro à vontade do dono’ como soe dizer-se. Arranjou duas testemunhas e foi aos Registos Centrais de Lisboa confirmar que os seus avós paternos tinham nascido em Amareleja [...] Malaquias soubera que o seu processo fora devolvido à procedência, ‘por falta de prova convincente da sua nacionalidade’. Foi-lhe dito que a fotografia do seu BI estava muito escura e para ser aceite como português, sugerira-lhe um amigo experiente, que teria de pedir ao fotógrafo que branqueasse um pouco mais a sua cara, pois, de outro modo, teria sérias dificuldades na obtenção do almejado despacho ministerial de deferimento (Gominho, 2006: s/p).

A identidade do *retornado* foi sendo, pois, politicamente essencializada no português branco, retomando-se, como referido, um conceito de raça que havia sido formalmente ‘superado’ em 1961, aquando da abolição do Estatuto do Indigenato. Num ápice, a raça, agregada de novo à localização da origem, ressurgia no centro da definição de quem era, ou não, português. Desse modo, toda a força dos projetos assimilacionistas desvanecia-se nos conteúdos legais dos decretos sobre a cidadania portuguesa.

Em carta dirigida a Silvério Marques, Almeida Santos responde à acusação, segundo a qual a lei da nacionalidade portuguesa, por ele redigida aquando da descolonização, seria racista, representando, por isso, um ‘genocídio espiritual’, do seguinte modo:

O Sr. General faz-me acusações [...] que não posso deixar sem um reparo. Uma delas consiste em considerar ‘um verdadeiro genocídio espiritual que envolveu milhares de vítimas’, a lei de que fui autor, e principal responsável, definidora de quais os naturais ou residentes nos territórios coloniais – todos cidadãos portugueses na ficção de Salazar – que, após a independência do seu País, tinham direito a conservar a nacionalidade portuguesa. Depois de me ter batido pelo direito à independência desses territórios, bati-me, enquanto Ministro do Governo Português, por um critério basicamente restritivo: só teria esse direito quem provasse ser bisneto de cidadão português nascido em Portugal. Esta foi a regra. Para os casos excepcionais, devidamente justificados, previ uma norma de excepção. Por ela conservaram a nacionalidade portuguesa milhares de cidadãos nascidos nos novos Estados. Creio ter tido a premonição de que, se em vez de restritivo, o critério tivesse sido permissivo e elástico, quando em Angola, em Moçambique e na Guiné as coisas começaram a ficar feias, o êxodo de africanos em direcção a Portugal teria sido avassalador. [...] Com que consequências para os portugueses de cá? [...] bati-me pela independência dos africanos das nossas colónias, na sua terra, não na minha. [...] Estranho sinceramente que um político com a experiência do Sr. General só veja as vítimas reais de lá (todos os processos de descolonização fizeram vítimas) e não as vítimas potenciais de cá! (2010: 205-217).⁸⁵

Para além destas ausências tão gritantes, importa ainda explorar a problemática integração dos *retornados* na sociedade portuguesa. Nos seus testemunhos é-se, igualmente, confrontado com uma crítica acérrima à descolonização, à falta de protecção sentida e à burocratização das entidades responsáveis pelo acolhimento e integração dos *retornados*, nomeadamente o IARN e o Quadro Geral de Adidos (QGA) – organismo de acolhimento para os funcionários públicos. Aida Viegas, por exemplo, salienta:

A falta de liberdade na circulação de bens entre o ultramar e o continente embora fosse justificada, até determinada altura, com a intenção de reter o capital em solo africano para que aí fosse investido, a partir do momento em que se pensou na

⁸⁵ Publicada em anexo na obra de Silvério Marques, 2010.

independência das províncias ultramarinas deveria ter sido de imediato modificada a fim de garantir os direitos dos cidadãos portugueses que lá residiam. Tal medida não tendo sido tomada, originou uma verdadeira catástrofe para quem foi forçado a abandonar África. Nesta altura dos acontecimentos, dadas as circunstâncias das mudanças políticas ocorridas em Portugal, é de todo incompreensível que a transferência de capitais não tenha sido permitida. É intolerável que as pessoas que voluntária ou involuntariamente quissem abandonar Angola, Moçambique, Guiné ou outra qualquer província não pudessem trazer livremente os seus haveres; dinheiro, carros ou quaisquer outros bens materiais. Prédios, terrenos urbanos ou rústicos, fazendas, fábricas, estabelecimentos, imóveis de qualquer índole, estavam sentenciados a ficar. [...] A maior parte dos bens pertencentes aos cidadãos portugueses foi pura e simplesmente abandonada pelo facto de seus donos não terem outra opção (2002: s/p).

A má receção com que foram confrontados é um dos tópicos mais fortes. No contexto revolucionário, quem ‘retornava’ era, como observado, classificado como colonialista, explorador que regressa agora para competir pelos escassos empregos disponíveis. De fato, a necessidade de integração dos retornados na sociedade portuguesa foi encarada como um problema político, mas também económico:

Não menos graves serão para Portugal as consequências dum afluxo significativo a partir de Angola: aumento da taxa de desemprego para um valor crítico, com o conseqüente aumento da instabilidade social; enfraquecimento dos laços culturais, políticos e económicos a estabelecer com Angola, de imediato e primordial interesse para a revolução portuguesa; redução das possibilidades de ligação ao terceiro mundo; inserção na sociedade portuguesa de população traumatizada e talvez couraçada contra a revolução, que identifica como causa dos seus males; e, finalmente, o aproveitamento que a reacção interna e internacional não deixará de fazer, na tentativa de desacreditar a descolonização e, por ela, todo o processo revolucionário português e o MFA.⁸⁶

Uma outra omissão comum nas narrativas dominantes sobre a descolonização portuguesa é concernente a outras movimentações populacionais e êxodos. É o caso das populações negras que, no momento da descolonização,

⁸⁶ Informação extraída do *Boletim Informativo das Forças Armadas* – edição de maio/1975, citado por Helena Matos em crónica publicada no jornal *Público*, a 11 de março de 2010.

se refugiaram também nos países vizinhos. Helena Matos retrata esta questão da seguinte forma:

[...] se por retornado se entender aquele que abruptamente muda o seu local de residência para o sítio onde nasceu constataremos que os primeiros retornados não são brancos mas sim os negros dos musseques de Luanda que em Julho e Agosto de 1974 deixam a capital angolana rumando a Malanje e demais terras de origem; os mais de mil cabo-verdianos que nesse mesmo período são levados numa ponte aérea de Angola para o seu arquipélago; os nunca quantificados trabalhadores cabo-verdianos que no Verão de 1974 são embarcados em Lisboa com direção a Cabo Verde, e ainda os comerciantes de origem libanesa que nesse mesmo Verão deixam a Guiné-Bissau. É certo que pelo mesmo tempo milhares de brancos começavam então a enviar os seus bens por via marítima e a tratar dos papéis para que os seus automóveis pudessem circular nas pequenas estradas daquilo a que chamavam metrópole, mas até Setembro de 1974 esse ‘retorno’ em direção a Lisboa ainda não é por eles encarado como definitivo. [...] Do ponto de vista informativo os retornados são vítimas de vários preconceitos, mas aqueles que não ‘retornaram’ para Portugal mas sim dentro de África e que para cúmulo não eram brancos nem sequer são mencionáveis. No desacerto que os retornados eram, os negros e mestiços eram um desacerto ainda maior.⁸⁷

Uma outra questão, alvo de significativa negligência, prende-se com o regresso das tropas portuguesas. Na verdade, o regresso dos efetivos militares a Portugal depois dos acordos de cessar-fogo é um dos aspetos do ‘retorno’ que normalmente não é tido em atenção. Terão regressado, entre 1974 e 1975, cerca de 150 000 militares das três frentes de guerra. A representatividade dos militares na população retornada é muito significativa e este retorno representou um sério problema que exigia uma reestruturação económica do país que fosse capaz de absorver estas pessoas. Mário Soares, político incontornável neste processo, considerava a este respeito:

Isto é para nós um problema económico muito sério, pois não é apenas o regresso dos colonos brancos mas também os soldados – cerca de 150.000 a 200.000 homens que regressam duma assentada. Acrescem ainda os imigrantes que querem regressar desde que Portugal é livre. O assunto está a ser estudado pelo

⁸⁷ Veja-se a peça de Helena Matos, publicada no jornal *Público*, na edição de 11 de março de 2010.

Ministério da Economia e Finanças. Temos de criar novos postos de trabalho, mas isso significa igualmente a reestruturação da totalidade da economia portuguesa, que vai precisar de se adaptar às sociedades industriais modernas.⁸⁸

Por fim, um outro olvido problemático nas narrativas dominantes sobre a descolonização portuguesa prende-se com as tropas negras – temática já enunciada anteriormente. A estratégia de africanização da guerra respondia a um triplo desafio: superar as dificuldades de mobilização militar na metrópole, assegurar a eficácia da luta antiguerrilha e, por fim, envolver e comprometer as populações autóctones (Coelho, 2002 e Gomes, neste volume). Ao longo da guerra colonial, a política de recrutamento local foi sendo intensificada. Enquanto que o total do recrutamento de efetivos militares na metrópole se estabilizou em cerca de 80 000 efetivos em 1967, a política de recrutamento local, nos três palcos de guerra, foi conhecendo um incremento significativo: nesse ano, o recrutamento local estava próximo dos 40 000, sendo, em 1973, de 60 000 efetivos.⁸⁹

Conclusão

A complexidade histórica dos processos associados à (des)colonização portuguesa chama a atenção para a necessidade de um questionamento mais amplo e profundo das narrativas dominantes. É que esta temática, assim como a dos *retornados*, não pode ser dissociada de projetos neocoloniais que ambicionavam edificar uma ‘Terceira África’ – e para quem a presença colona constituía uma condição *sine qua non* –, nem das dinâmicas regionais do continente e nem dos interesses do capitalismo internacional. Discussões como as aqui levantadas permitem iluminar, por exemplo, as altas tensões entre posições assumidas por vários dos movimentos nacionalistas, baseadas ‘numa análise sistemática [...] sobre as lutas e transferências do poder como as que se verificaram no Vietname e na Argélia’, e a proposta de Spínola, que ‘implicava a imposição de uma ordem neocolonial no futuro de Moçambique independente’ (Bragança, 1986: 8).

Esta abertura crítica às transições políticas vividas em Angola e Moçambique, em relação a Portugal, entre 1974 e 1975, mostram como a problemática da descolonização portuguesa constitui ainda hoje um vasto espaço

⁸⁸ Entrevista de Mário Soares ao jornal *Der Spiegel*, publicada no n.º 34, de 19 de agosto de 1974.

⁸⁹ Sobre o número de tropas movimentadas nos três palcos de guerra consulte-se o dossier ‘Guerra Colonial’ (www.guerracolonial.org).

para questionamentos múltiplos de cariz histórico e sociológico. Procurando desvelar a multitudine e a diversidade de experiências e atores que uma leitura linear daquela exclui, urge identificar territórios de investigação ainda não plenamente explorados, como é o caso da questão relativa aos ‘nacionalismos brancos’ e das relações historicamente constituídas entre as suas manifestações e a construção dos territórios de Angola e Moçambique como colónias de povoamento. A análise dos projetos independentistas rivais de cariz neo-colonial é, igualmente, demonstrativa da complexidade das arenas políticas e do papel jogado quer pelas forças do capitalismo internacional, quer por atores regionais. Neste âmbito também, a questão da identidade de *retornado*, enquanto situação dilemática produzida pela dissonância entre a construção política de uma categoria que se quer unívoca e entre processos identitários complexos, multidirecionais, posicionais e ambivalentes, constitui-se como uma das mais centrais interrogações a que uma análise futura deverá responder. Por outro lado, as dinâmicas de exclusão geradas pela definição política da categoria de *retornado*, a qual orienta parte significativa do conhecimento histórico popularizado em senso-comum, produzem ainda hoje formas de ignorância e desconhecimento acerca de múltiplas experiências, atores e processos migratórios. Como, por exemplo, articular esta categoria política de ‘retornado’ com o fluxo dos efetivos militares envolvidos na guerra colonial? O que diz essa mesma categoria sobre as ‘tropas negras’? Permitirá ela também responder ao problema colocado pelos êxodos das populações locais em Angola, Moçambique e Guiné para países vizinhos aquando da descolonização? E, de um modo mais fundamental, será que, como Aquino de Bragança defendia, ‘a descolonização era uma necessária condição prévia à democratização’ (1986: 8)? Ao ampliar o espaço de interrogações, amplia-se e complexifica-se a história.

